

João Luis dos Santos

Literatura de Informação: uma reflexão crítica



1910001072



João Luís dos Santos

Literatura de Informação: uma reflexão crítica

UNESP

São José do Rio Preto

2001



João Luís dos Santos

Literatura de Informação: uma reflexão crítica

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho – Campus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Concentração: Literatura Brasileira).

Orientador: Prof. Dr. Aguinaldo José Gonçalves



UNESP

São José do Rio Preto

2001

DADOS CURRICULARES
JOÃO LUIS DOS SANTOS

Nascimento: 23 de junho de 1965

Filiação: Plínio Ramos dos Santos
Jesuína de Souza Santos

1984/1987: Curso de Licenciatura Plena em Letras
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis

1989: Curso de Especialização *Elementos de Análise Literária*
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis

1990/2001: Professor Efetivo de Português da Secretaria da Educação
do Estado de São Paulo (EE Profª. Yone Dias de Aguiar – Penápolis/SP)

1995/1998: Curso de Bacharel em Direito
Faculdade de Direito de Araçatuba – SP das Faculdades Integradas Toledo

1995/2001: Professor de Teoria da Comunicação do Curso de Desenho Industrial
Faculdade de Tecnologia de Birigui – SP

1997/1999: Chefe do Departamento de Humanas
Faculdade de Tecnologia de Birigui

1999/2001: Professor de Legislação Social e Trabalhista
Faculdade de Tecnologia de Birigui

1999/2001: Assistente Técnico Jurídico da Diretoria de Ensino – Região de Birigui
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

1999/2001: Professor de Gramática e Texto
Instituto Noroeste de Birigui

2001: Professor de Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis

À memória de Jesuína e Plínio, meus pais.



AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas. Manifestamos nossa eterna gratidão a todas elas e de forma especial:

ao Prof. Dr. Aguinaldo José Gonçalves pela paciente orientação. Não há palavras que possam expressar a minha gratidão e muito menos a satisfação de tê-lo como um orientador e amigo.

ao Prof. Dr. Ismael Ângelo Cintra pela disponibilidade e pelos valiosos esclarecimentos e ensinamentos nos cursos de pós-graduação e em especial na sua participação como membro da Banca de Qualificação.

à Profa. Dra. Roxana Guadalupe Herrera Alvarez pela generosa contribuição, também como membro da Banca de Qualificação.

a Renata e a Laura pela minha ausência em muitos momentos cruciais do nosso cotidiano.

aos meus professores, em todos os níveis de ensino, cada um a seu tempo e a seu modo, incentivando a busca incessante pelo conhecimento.

aos meus amigos professores de todos os estabelecimentos de ensino em que lecionei e leciono, em especial da EE Profa. Yone Dias de Aguiar, do Instituto Noroeste de Birigui, da Faculdade de Tecnologia de Birigui e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis.

aos meus alunos, em todos os níveis – sem dúvida, a grande força que nos move para a constante busca de aperfeiçoamento e atualização profissional

à CAPES, agência fomentadora de meu curso de Mestrado.

às funcionárias do Setor de Pós-Graduação da UNESP, Nancy e Rosemar, pela disponibilidade e pela atenção dispensada em todos esses anos de estudo.

aos funcionários e funcionárias do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP) pela disponibilidade e colaboração em minhas pesquisas.

aos meus irmãos (Eva, Adão, Edna e Nilton), parentes e amigos que, de alguma forma direta ou indireta, contribuíram para o meu crescimento pessoal e intelectual.

**Agradecimento especial ao poeta Aguinaldo José Gonçalves,
professor, doutor, ensaísta, orientador, colaborador e amigo.**



SUMÁRIO

RESUMO.....	8
INTRODUÇÃO.....	11
1. As Manifestações Literárias do Brasil Colonial.....	16
1.1. Entre a Colônia e a Nação.....	16
1.2. Entre o documento e o literário.....	28
2. Literatura e História.....	34
2.1. A substância e o pragmático.....	34
2.2. A verossimilhança e a veracidade.....	41
3. Sobre os Diálogos e as Grandezas do Brasil.....	47
3.1. Os diálogos das grandezas.....	47
3.2. A grandeza dos diálogos.....	55
4. As Histórias de Frei Vicente do Salvador.....	59
5. Os Caminhos de Caminha.....	72
5.1. A Carta.....	72
5.2. A Carta de Caminha no rol de obras da Literatura Brasileira.....	75
6. Uma (re) leitura oswaldiana	99
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
ANEXOS.....	113

SANTOS, João Luís dos. *Literatura de informação: uma reflexão crítica*. São José do Rio Preto, 2001. 108p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Campus de São José do Rio Preto, 2001, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a reler alguns fenômenos de produção e de recepção da literatura brasileira no seu período de formação, com a finalidade de compreender alguns de seus mecanismos, interpretá-los a luz de certas reflexões teóricas sobre ideologia e linguagem desenvolvidas em nosso tempo e refletir sobre alguns procedimentos consagrados pela historiografia literária que privilegia apenas alguns ângulos da questão. Ao propor uma reflexão sobre o entrecruzamento entre Literatura, História e História da Literatura, a partir de uma perspectiva distinta, realiza-se uma releitura de textos fundamentais, representativos da Literatura Informativa Brasileira, e o diálogo que realizam com diversos poetas do modernismo brasileiro.

Palavras-chave – Literatura Brasileira, Literatura Informativa, Historicidade e Literariedade, História e Literatura, História da Literatura Brasileira.



ABSTRACT

This work proposes a reassessment of some phenomena of production and reception of Brazilian Literature in its formative period, aiming at understanding some of its mechanisms, interpreting them under the light of some theoretical reflections about ideology and language currently available and reflecting on some standard procedures by literary historiography, which emphasize just a few aspects of the question. By proposing a reflection about the interlinking of Literature, History and Literature History under a distinctive perspective, we perform a reassessment of fundamental texts, which belong to Brazilian Information Literature and their dialogue with several poets of our Modernism.

Key words: Brazilian Literature, Information Literature, Historicity and Liberalism, History and Literature, Brazilian Literature History.

“Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau que ontem para isso se cortou. Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que faziam do que por verem a Cruz...”

Pero Vaz de Caminha



À guisa de introdução

“Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar ao Capitão, nem a alguém. Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer certos acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra”.

(A Carta de Pero Vaz de Caminha)

erro de português

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena !
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.

(Andrade, Oswald. *Poesias reunidas*)

Buscando a origem da proposta inicial do presente trabalho, o tempo revelou, com a costumeira calma e indiferença, o quanto sabe ser, traiçoeira e silenciosamente, distenso.

No início do Curso de Pós-Graduação em Letras chegou às minhas mãos a poesia de Oswald de Andrade, especificamente os poemas que realizam diálogos com textos que retratam o descobrimento do Brasil e o início da colonização portuguesa. Desde então, passei a olhar na direção dos textos produzidos no Século XVI, a partir da *Carta de Caminha*. O primeiro

questionamento surgiu nas relações entre os chamados textos da literatura de informação e a poesia de alguns dos poetas modernistas, como o próprio Oswald, Murilo Mendes, Cassiano Ricardo e João Cabral de Melo Neto. E o contato com os diversos textos – uma extensa coletânea -, tanto aqueles produzidos no século XVI, quanto aqueles produzidos no século XX, vêm preenchendo e justificando a nossa condição de cativo da força e da expressividade da linguagem, em especial com relação aos textos produzidos em nosso período de formação.

Vale hoje a persistência e uma pretensa coragem de expor, depois de anos e tanta expectativa, este trabalho, ainda uma iniciação no mundo da pesquisa.

Da pesquisa, sobreveio a conquista pessoal do que constitui elemento aclarador da análise dos textos da literatura de informação: a necessidade de se estabelecer um estudo mais aprofundado dos textos produzidos no século XVI e a relação destes textos com a literatura modernista e demonstrar que é possível buscar outros caminhos analíticos para tais textos, além do histórico. Não é possível fugir dos caminhos de caráter histórico ao refletirmos sobre a literatura brasileira. Todavia, tinha em mente uma observação, sempre reiterada por Antonio Candido (1981), que “nas relações entre a literatura e os fatos sociais, devemos nos

lembrar sempre de que estes devem nos servir para esclarecer a natureza daquela, e não ela para elucidá-los”.

Os fatos sociais também nos interessam na medida em que colaboram na compreensão da obra literária, e só nos referimos a tais fatos quando os textos nos sugerem e parecem fincar neles seus pontos de sustentação composicional. Desse modo, a história que nos interessa é a que suporta um sistema de elaboração literária, ou seja, aquela que consegue imprimir no campo interno das obras suas tensões e harmonias. Por isso, inicialmente, tendo em vista as reflexões históricas que encontramos nas principais obras sobre a história da literatura brasileira, especialmente aquelas que desconsideram esteticamente os textos produzidos no período inicial da colonização do Brasil, traçamos um brevíssimo panorama que procura discutir as relações entre literatura, história e história da literatura. Tal panorama, certamente, propicia-nos o estabelecimento de alguns limites para a formulação do presente trabalho.

O dialogismo, tomado como relação de alteridade, necessidade do outro, subsidia, não só a análise dos textos, como também a hipótese teórica deste trabalho, ou seja, a possibilidade dos textos de informação estarem espelhando-se um no outro, em

comunicação dialógica, de um com o outro, retratando o imaginário colonial brasileiro como fonte de uma literatura que se forma.

Dada a impossibilidade de trabalhar-se com todos os textos no espaço de uma dissertação de mestrado, optou-se pela seleção de três textos representativos para uma análise mais detida e pela apresentação do modo como buscam algumas aproximações.

Os três textos escolhidos não são fruto de um mero acaso, embora tenham a revelação de muitos pontos em comum, além de uma forma muito semelhante de elaborar as descrições (geralmente do Nordeste brasileiro), bem como nos objetivos explícitos das obras: revelar o Brasil aos europeus e chamar a atenção dos governantes para a colônia. Outro traço em comum nestas e na maioria das obras do período: permaneceram inéditas, sendo redescobertas e valorizadas somente nos séculos XIX e XX. Entretanto, a origem dos autores das obras, estabelece pontos de vista diferenciados: Pero Vaz de Caminha era um escrivão da armada, um enviado do Rei de Portugal, e representava os interesses do Império. Frei Vicente do Salvador, um homem da Igreja, vinculado especialmente às questões espirituais, mas preocupado com as possibilidades de nossa terra. Ambrósio Fernandes Brandão um negociante, um comerciante vinculado aos

interesses da expansão comercial. Neles há, porém, um ponto de confluência: a necessidade de se investir no Brasil e transformá-lo em um lugar que não seja apenas para ser explorado.

Assim, tendo como *corpus* os três citados textos, o presente trabalho justifica-se enquanto espaço propício à busca da compreensão do universo da colonização portuguesa no Brasil no qual houve riquíssima produção textual. Tais textos, sem dúvida alguma, de importância fundamental para a literatura e para a história do nosso país.

Partindo de duas perspectivas, uma histórica, buscando compreender a natureza dos textos escolhidos e, outra, analítica, voltada exclusivamente para a obra literária e para as relações internas do texto, o objetivo desta dissertação, procurando fazer jus ao título proposto, é a formulação de uma proposta de reflexão crítica sobre a literatura de informação. No percurso empreendido, certamente, encontraremos algumas *tormentas*, alguns obstáculos analíticos e conceituais, devido à complexidade das questões que são levantadas, porém, assim como Pedro Álvares Cabral e tantos outros navegadores portugueses, ao final, o nosso destino seja atracar em um *porto seguro*.

1. As Manifestações Literárias do Brasil Colonial

1.1. Entre a Colônia e a Nação

“Antes dos portugueses descobrirem o Brasil,
O Brasil tinha descoberto a felicidade”.

(Oswald de Andrade, 1991)

Refletir sobre os caminhos percorridos pela Literatura Brasileira é penetrar num mundo cheio de polêmicas. E essa situação se torna mais complexa se acrescentarmos um outro adjetivo além de Brasileira: Colonial. Constitui, verdadeiramente, uma operação aberta a toda sorte de controvérsias. Elas se iniciaram nos embates críticos entre José Veríssimo e Sílvio Romero que, no espaço dessa dissertação, não teremos condições de abordar, no Século XIX, e percorrem toda a história de nossa crítica. E aqui encontramos um ponto comum: a literatura enquanto fonte de evolução nacional.

Esse ponto comum, de que a literatura brasileira seria uma unidade composta de dois quadros provém de uma conceituação estabelecida pela historiografia: o período colonial enquanto o Brasil Colônia e o período nacional após a Independência de 07 de setembro de 1822.

Do mesmo modo, há um consenso generalizado que classifica como fase ou períodos de formação os séculos XVI e XVII, época em que foram produzidos os textos da literatura de

informação. José Veríssimo (1954) credita aos anos entre 1769 e 1795 como o estágio de transição entre o período colonial e o período nacional de nossa literatura.

Os estudiosos da literatura brasileira, mesmo nos vários momentos em que se estabeleceu parâmetros para uma história crítica, não conseguiram imprimir à história literária independência em relação à história geral. Antonio Candido (1981) afirma que “sem exceção, incidem eles no critério político, misturando-o com a pura cronologia, mesmo quando admitem subdivisões por escolas ou gêneros literários”.

Voltada mais para a história do que propriamente história literária, os estudos das chamadas manifestações literárias do período colonial brasileiro se fazem necessários a partir de um olhar premeditado por Afrânio Coutinho (1957) quando afirma que

“grande parte das controvérsias em torno da história literária gira à volta de substituir o método histórico, de modo a penetrar mais organicamente a realidade do fenômeno literário e o processo de seu desenvolvimento”.

Entretanto, a justificativa para esse fato é plausível: a nossa literatura, especialmente a do período luso-brasileiro, não atingiu um patamar necessário para se expressar enquanto tal e elaborada por uma consciência colonialista de evolução muito lenta, foi influenciada pelas únicas condições possíveis de exteriorização

que privilegiam mais os fatores históricos do que os estéticos. Trilharam também por esse caminho a crítica e a historiografia literária do século XX.

A principal e mais debatida controvérsia acerca das manifestações literárias do período colonial brasileiro parte do seguinte pressuposto: devemos ou não considerar literários os textos produzidos nos primórdios da colonização portuguesa no Brasil?

Antonio Candido, em sua *Formação da Literatura Brasileira* (1981), distingue manifestação literária de literatura. Essa ele considera um sistema que reúne um conjunto de três elementos: a) produtores literários mais ou menos conscientes do seu papel; b) receptores das obras, formando os diferentes tipos de público leitor; c) uma linguagem traduzida em estilos que tenha um mecanismo transmissor que liga os escritores aos leitores.

Candido (1981) acrescenta ainda um outro elemento, decisivo: *formação da continuidade literária*. Ou seja, da tradição enquanto “*transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento (...) sem esta tradição não há literatura, como fenômeno de civilização*”.

Será a partir desse pressuposto, por não serem textos representativos de um sistema e de uma tradição, certamente, que se consagrou denominar as obras da literatura de informação como “manifestações literárias” e não literatura.

Nesse sentido, antes de Antonio Candido, José Veríssimo (1954) já classificava os textos produzidos nos séculos XVI e XVII como *manifestações literárias*. Segundo o autor, Portugal vivenciava, no início da colonização do Brasil, o chamado século áureo da sua língua e literatura, inclusive com Camões à frente. Trata-se da “mais brilhante época da história do povo português e particularmente com o mais notável período da sua atividade mental” (Veríssimo, 1954). Infelizmente, essa *curta renascença geral e florescimento literário de Portugal* não teve nem poderia ter reflexos diretos e imediatos junto ao Brasil, então maior colônia portuguesa. Enquanto a Metrópole assistia às manifestações renascentistas e experimentava os seus efeitos, a incipiente Colônia vivenciava o período de incertezas sobre os objetivos colonialistas que seriam traçados pela Nobreza e pelos comerciantes portugueses. José Veríssimo faz, ainda, alusão a um fato determinante que impossibilitará ao Brasil Colônia usufruir dos avanços culturais empreendidos em Portugal, notadamente em

relação à literatura: os homens que se aventuravam nas conquistas e nas empresas ultramarinas, em geral,

“eram da multidão ignara que constituía a maioria da nação, ‘o vulgo vil sem nome’ de que, com o seu desdém de fidalgo e letrado, fala Camões, chefiados por barões apenas menos incultos do que eles” . (1954)

Excetuando as raríssimas iniciativas, especialmente vinculadas aos Jesuítas, certamente as tarefas que foram incumbidas aos colonizadores impediam “outras preocupações” senão aquelas puramente materiais, ou seja: “assenhorearem a terra, lhe dominarem o gentio e aproveitarem a riqueza, exagerada pela sua mesma cobiça”. José Veríssimo continua:

Não é, pois, de estranhar que em nenhum dos primeiros cronistas e noticiadores do Brasil, no primeiro e ainda no segundo século da colonização, mesmo quando já havia manifestações literárias, não se encontre a menor referência ou alusão a qualquer forma de atividade mental aqui, a existência de um livro, de um estudioso ou coisa que o valha”. (grifo nosso, 1954)

As raras e louváveis exceções de atividade mental desenvolvida no Brasil foram profundamente estudadas pelo professor e crítico literário Wilson Martins (*História da Inteligência do Brasileira*, 1977), traçando um vasto e minucioso panorama das atividades intelectuais brasileiras do Século XVI ao Século XX .

Alude ao ano de 1550 o início dessas atividades. Porém, faz um breve e valioso estudo da Carta de Pero Vaz de Caminha, abordando a sua importância histórica e literária tanto para o Brasil como para Portugal.

Embora escritos nos séculos XVI e XVII, a maior parte dos textos da literatura informativa foi publicada somente no século XIX e não tendo, portanto, influenciado nem participado da continuidade literária, manifestada, por exemplo, no século XVIII. No entanto, deram sua contribuição na afirmação de nossa nacionalidade política e literária, através do ufanismo/nativismo romântico.

Reiterando o que já afirmou Antonio Candido (1981), a literatura produzida no Brasil no século XVI, devido exatamente a sua não representatividade enquanto um sistema, deve ser classificada como uma *manifestação literária*. Período importante e de maior interesse, uma vez que será nele que se prenderá as raízes “*da nossa vida literária*” (1981).

Sem dúvida alguma, os textos da literatura de informação estão no rol das manifestações literárias do Brasil Colonial. Alguns autores se utilizam da terminologia literatura dos viajantes, utilizando-a sempre como sinônimo de informativa. Outros, ainda, preferem afirmar que, devido ao seu caráter

pragmático, não permite que se fale em literatura do Brasil, mas, sim, em uma literatura informativa elaborada pelos portugueses sobre o Brasil.

De qualquer forma, os textos produzidos têm uma função informativa, uma vez que as expedições para as novas terras, após o descobrimento, tinham como objetivo colher informações sobre as potencialidades da futura colônia.

A denominação literatura de informação (ou literatura informativa) é representativa desse caráter pragmático dos textos produzidos no século XVI que, basicamente, ocupavam-se da descrição e da narração sobre *as gentes e as coisas na nova terra*. Impregnadas nesses objetivos iniciais, estavam implícitas a preocupação material, que visava o lucro decorrente da futura colonização, e a preocupação espiritual, resultante do movimento da contra-reforma, visando a expansão do catolicismo.

Trata-se de um reflexo da passagem de uma época conservadora (Idade Média) e o início de uma período de transformação (Renascença). Influências antagônicas (medievais e renascentistas) que marcam decisivamente os textos da nossa literatura de informação.

É preciso ressaltar, porém, se a Carta de Caminha, por exemplo, não fez parte da tradição que formou a história da literatura brasileira, o que dizer de *Os Lusíadas*, por exemplo ?

Segundo Wilson Martins (1977), a imaginação literária está presente tanto em Caminha como em Camões, sendo que aquele escreveu sua Carta um quarto de século antes do nascimento do autor do *épico lusitano*. Citando o historiador Leonardo Olschki, Wilson Martins afirma que

“Luís de Camões exaltou essa gesta no célebre poema que, com uma arte pessoal de clássico inspirado pela experiência dos mares e dos lugares, transforma a realidade dos fatos históricos e o sentido das fábulas tradicionais”.

Sem dúvida alguma, será esse mesmo impacto da imaginação sobre a realidade, mas em perspectivas inversas, que Pero Vaz de Caminha resolve estruturalmente nos mesmos termos na Carta que escreveu de Porto Seguro, no primeiro de Maio de 1.500.

Se Camões elevou a realidade dos fatos históricos ao plano prestigioso da história mítica, Pero Vaz de Caminha é o primeiro que tenta reduzir a história mítica, proposta de repente pela existência real do Brasil, às proporções “manuseáveis da história peripecial”. (Martins, 1977)

Nesse particular, afirma Wilson Martins, Colombo, em 1492, estava mentalmente atrasado com relação à descoberta da América que acabava de realizar. A idéia do Paraíso terrestre jamais o abandonou durante a viagem, observa Leonardo Olschki;

quando ouve no Haiti o canto do rouxinol, pássaro que ali não existe, não se trata de erro de geografia ornitológica: trata-se apenas de uma “ilusão literária”:

“ele foi a vítima mais ilustre e mais trágica do fascínio que uma tenaz tradição literária e sentimental incluía no âmbito das paisagens insulares exóticas e romanescas, e que, mais forte do que seculares experiências geográficas, ainda vive inconscientemente em nossa imaginação”. (Martins, 1977)

Ainda segundo Martins (1977), o espírito mais realista e, àquela altura, mais experimentado dos portugueses, se é verdade que os fazia encontrar sem surpresa as terras que descobriam, predispunha-os a tentar compreender em esforço científico de observação as realidades desesperadas com que deparavam.

Assim como *Os Lusíadas*, publicado em 1572, a *Carta de Caminha*, escrita, portanto setenta e dois anos antes, é também um documento literário da descoberta do caminho marítimo das “Índias”.

Se o poema épico camoniano estabeleceu ou não um diálogo com a Carta ao Del Rey Dom Manuel, não há evidências históricas concretas. Porém, as sugestões, as imagens e muitos elementos estruturais utilizados por Caminha em seu texto foram reaproveitados por Camões. Assim sendo, se a Carta de Caminha não fez parte da tradição de nossa literatura até o final do Século XIX, certamente, o mesmo não poderemos afirmar em relação a obra máxima de Camões: *Os Lusíadas*.

Embora apresentando de forma contraditória, implícita e inconscientemente, um ponto de vista que desvaloriza os textos

produzidos no Brasil nos séculos iniciais da colonização, pois se utiliza de um trecho de *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão como epígrafe de seu livro *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira* (1896), Oliveira Lima considera que antes do Século XVIII não existiu literatura brasileira, considerando-a como uma “*manifestação dos sentimentos da nação brasileira considerada como um agregado moral, uma família espiritual ligada por tradição e aspirações comuns*”. (Lima, 1896)

Esse período, para Lima, constitui um mero prolongamento da literatura da Metrópole: “o século XVI, valiosíssimo sob o ponto de vista da colonização, é pouco menos de nulo para a literatura brasileira”.

No mesmo livro classifica Gregório de Matos como o *mais antigo escritor brasileiro* e Frei Vicente do Salvador como o *primeiro prosador do país num estilo muito agradável de ler, e, por vezes, muito pitoresco*.

José Veríssimo (1954), mais analítico que Lima, afirma que a literatura desenvolveu-se e nasceu no Brasil ora como um reflexo da portuguesa, ora como uma necessidade de informação da nobreza de Portugal. E ele vê no colonial o período de formação da nossa literatura: *nenhuma outra apreciável influência espiritual* foi experimentada pelos literatos brasileiros e ou luso-brasileiros.

Por outro lado, Alfredo Bosi (1980) afirma que os primeiros escritos da nossa vida documentam precisamente a instauração do processo colonial: são informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. *Enquanto informação – diz – não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica.*

Mais adiante, o próprio Bosi admite a importância dos textos de informação à nossa literatura:

“É graças a tomadas diretas das paisagens, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte”. (Bosi, 1980)

Alencar, romântico, e Mário de Andrade, modernista, buscaram sugestões temáticas e formais junto aos textos da *literatura de informação* para a afirmação de nossas raízes históricas e literárias e contraporem-se aos processos de europeização do país.

Outros pesquisadores, inclusive Dante Moreira Leite em *O caráter nacional brasileiro* (1983), admitem alguns textos da literatura informativa como literários, em especial A Carta de Pero Vaz de Caminha, tida como o primeiro documento literário e informativo sobre o Brasil, exatamente por constar nela elementos estéticos próprios dos textos literários. É certo que se trata de

textos que não se enquadram nos gêneros lírico, épico ou dramático. Pelo contrário, os nomes das obras revelam seu caráter não-ficcional: carta, tratado, história, diálogos. Isso bastaria, utilizando critérios rigorosos, para eliminar tais textos e obras da literatura.

De valor histórico incontestável e de questionados valores literários, o texto de Caminha, expressando o louvor da descoberta e da terra, já trazia em seu escopo os primeiros sinais do espírito ufanista e ofereceu sugestões temáticas e formais a escritores brasileiros dos séculos XIX e XX.



1.2. Entre o documento e o literário

“Nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la. Mas também, nada mais perigoso, por que um dia vem a reação indispensável e a relega injustamente para a categoria do erro, até que se efetue a operação difícil de chegar a um ponto de vista objetivo, sem desfigurá-la de um lado nem de outro”.

[Antonio Candido, in *Literatura e Sociedade*, 1980]

Navegar por mares já *navegados* pelos grandes críticos e historiadores de nossa literatura, talvez seja mais complexo que perscrutar pelos caminhos *nunca dantes navegados*. Em verdade, trata-se de uma aventura sem muita pretensão e sem o interesse de novas descobertas. Percorremos por veredas reflexivas que desejam mais propor problemas a se resolverem do que apresentar soluções.

De fato, ainda falta um estudo mais completo e mais pretensioso sobre os verdadeiros reflexos produzidos pela literatura informativa, pelo menos com relação a dois aspectos. O primeiro sobre a produção e a recepção das próprias obras, buscando nelas algo que vá além do seu caráter documental e histórico. O segundo aspecto, tão importante quanto o outro e, certamente, a ele vinculado, seria com relação a influência direta e indireta dessas

obras na formação e na afirmação de um imaginário de brasilidade em nossos escritores, em diferentes épocas.

Antonio Candido (1980) nos ensina exemplarmente que não é mais provável compreender a integridade da obra a partir das visões dissociadas que perduraram em nosso meio durante décadas. Ou *“procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial”* ou, em uma posição diversa, conferir à obra *“uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão”*. (Candido, 1980)

Continuando em sua lição, o mestre Antonio Candido ainda nos ensina:

“só podemos entender (a obra) fundindo texto e contexto numa interpretação dialética íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteados pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno”. (1980)

Nelson Werneck Sodré (1969) situa o problema empreendendo tal reflexão a partir do mesmo foco de Antonio Candido, afirmando que entre as manifestações da vida social, nenhuma traduz mais fortemente os seus traços do que as artísticas e, entre elas, as literárias. Os nossos principais historiadores de literatura – continua Werneck - “pelos menos os bem dotados, e em entre estes especialmente Sílvio Romero e José Veríssimo sentiam a importância do problema”. (1969)

Trata-se, sem dúvida alguma, de uma *ilusão cômoda*, supor que os escritores brasileiros do século XIX foram mais capazes que aqueles que escreveram no século XVII e XVIII e, esses, por sua vez, mais capazes que os escritores do século XVI. Idêntica ilusão imaginarmos que estejamos, hoje, “descobrimos verdades transparentes que permaneceram obscuras para personalidades do porte de Veríssimo ou Romero por que lhes sejamos superiores”.

Sem dúvida alguma, há, em geral, uma evolução tanto na produção e na recepção, como na crítica e na historiografia literária brasileira. Trata-se de um processo dialético em que a superação é algo que deve, obrigatoriamente, presentificar-se nas ações e reflexões sobre a arte (e sobre a história). A mobilidade e as próprias condições históricas permitiram aos nossos críticos e



historiadores da literatura do século XX superarem equívocos ou erros daqueles que se empreenderam magnificamente nesse ofício no século XIX. E hoje, em pleno século XXI, estamos “muito mais aparelhados intelectualmente, porque as condições do país já são muito diferentes, do que estavam Veríssimo e Romero para interpretar e sentir a realidade, enquadrando nela o problema literário”. (Werneck, 1969)

Na história da literatura brasileira temos muitos exemplos que retratam equívocos cometidos pelos nossos estudiosos e críticos literários. José de Alencar e Sousândrade, para citar apenas dois exemplos notórios, foram vítimas do julgamento histórico e estético. O primeiro foi excluído por Ferdinand Wolf (1955), em sua esquematização, no século XIX, dos autores e obras da literatura brasileira. O segundo, certamente por estar muito à frente de seu tempo, não foi valorizado devidamente, pelo contrário, foi marginalizado. Um poeta cuja voz foi a mais dissonante do Romantismo brasileiro.

O tempo, mais cruel para Sousândrade do que para José Alencar, e os estudiosos trataram de mostrar a autenticidade de ambos e o papel que cada um exerceu na sedimentação da literatura brasileira.

Tal fato reforçam a idéia de que os padrões estéticos e históricos não são absolutos nem devem ser eternos. “Não representam uma constante, sem variação alguma, sem mudança, estáticos e mortos” (Werneck, 1969). Pelo contrário, são dinâmicos e reflexíveis. Nesse sentido, do mesmo modo que a sociedade e os escritores, imbuídos permanentemente pela perspectiva de retomadas e avanços, superações e inquietações, os críticos e os historiadores da literatura seguem *moventes*, em busca de uma dialética própria dos estudos literários.

Será nesse contexto, que apresentamos a nossa proposta de reflexão sobre o papel da Literatura Informativa no contexto histórico e estético da Literatura Brasileira.

Não há dúvida de que a literatura de informação retrata, superando qualquer período da literatura brasileira, a condição colonial do Brasil com sua terra e população vistas como objetos a serem explorados.

Produzidos no Brasil, os textos do Século XVI relatam as coisas do Brasil e refletem a visão do mundo, as ambições e os desejos dos portugueses que manifestam duas preocupações básicas: a material e a espiritual. A primeira reflete a busca incessante das riquezas das colônias e a segunda a preocupação de *salvar essa gente*, munindo-a com a fé cristã.

O nosso estudo parte do reconhecimento, segundo Luiz Costa Lima (1986), *de que a imponência das idéias de história nacional terminava por excluir de si a compreensão do próprio objeto literário*. Essa exclusão motivou a busca de dois caminhos opostos: ou a determinação dos traços distintivos da obra literária ou o estudo de sua relação com a sociedade.

O que segue é a busca de uma reflexão que se propõe realizar o intercâmbio desses dois caminhos que se fizeram opostos, porém que se entrecruzam e nos dirige para uma via de mão dupla chamada arte literária, que influencia e é influenciada.



2. Literatura e História

2.1. A substância e o pragmático

“Já não somos obrigados, pois, a acreditar que a ficção é antítese do fato ou que podemos relacionar os fatos entre si sem o auxílio de qualquer matriz capacitadora e genericamente ficcional”.

Hayden White (1992)

As reflexões sobre os textos produzidos no século XVI, inevitavelmente, nos encaminham para a discussão em torno da relação entre a Literatura e a História. Trata-se, sem dúvida, de uma discussão que nos leva para um labirinto de questionamentos e para um terreno fértil em controvérsias que nos impõem um ofício difícil, mas estimulante.

Tal relação sempre esteve na pauta de discussão daqueles que refletem sobre a linguagem. E sempre houve dificuldade para se estabelecer claramente os limites de aproximação e de distanciamento entre tais disciplinas.

Se a Literatura, embora não possamos cair no simples reducionismo, faz uso da experiência humana para realizar ficção e fazer a história, a História – especialmente a partir de reflexões contemporâneas - tem admitido que se trata de uma produção teórica entrecortada de ficção.



Durante muito tempo, a distinção entre História e Literatura sustentava-se sobre a veracidade dos fatos: enquanto uma seria a narrativa de fatos que aconteceram, a outra não teria compromisso com a verdade ou com o fato.

Tal distinção, fruto do confronto que vigorou durante muito tempo entre as ciências, foi substituída pela idéia de colaboração, que encontramos sistematizada graças ao empreendimento realizado pelos estudiosos da Literatura Comparada, o que possibilitou uma diversificação dos objetos de análise, ampliando significativamente o campo de atuação dos estudos literários e articulando a investigação literária a outras linhas de pensamento.

Segundo a professora e pesquisadora Tânia Franco Carvalhal (1986), a perspectiva comparatista, elo de cooperação entre as áreas do conhecimento humano, transfere-se para os estudos da literatura por uma espécie de contágio.

Inicialmente, Literatura Comparada estava limitada à identificação das aproximações entre obras literárias e autores. No entanto, hoje, não se resume mais nos “paralelismos binários movidos somente por um ar de parecença”, pelo contrário, seu principal objetivo é a formulação e interpretação de questões “mais



abrangentes das quais o fenômeno literário é uma forma de manifestação". (Carvalho, 1986)

Antonio Candido (1980) afirma que é notório que a literatura pode nos esclarecer sobre um dado momento histórico: "o que não é possível, do ponto de vista da crítica e da história literária, é usá-la com este propósito, mesmo porque se impõe justamente o contrário".

Na relação entre Literatura e História, reforça Antonio Candido, os fatos sociais sempre nos servirão para esclarecer a natureza do fenômeno literário, por outro lado, porém, a Literatura não nos poderá servir para elucidar um dado momento histórico.

O fato é que existem relações que unem e outras relações que separam Literatura e História. Não é possível negar as influências recíprocas entre ambas. De um lado temos a História procurando assegurar o seu próprio espaço através da "construção analítica do universo humano" e de outro a literatura constituindo o seu espaço e formulando "a construção artística deste universo".

Trata-se, sem dúvida alguma, de "um projeto necessário e impossível", no dizer de Sigmund J. Schmidt (1989), situar a discussão sobre literatura, história e história da literatura em molduras referenciais novas que não só tematizam problemas de

variada ordem, mas oferecem igualmente “uma visão do caráter flutuante” das possibilidades e das soluções que seriam apontadas.

Ainda segundo Schmidt (1989), o problema central, na compreensão do discurso estético, não se restringe à compreensão da existência de uma diversidade de alternativas analíticas, “mas sinaliza a necessidade de inventar princípios sintéticos que permitam e garantam a coexistência de múltiplos horizontes opcionais”.

Se, de um lado, temos diversos estudos e teorias mantendo um lugar central para o texto, por outro lado, encontramos estudos e teorias que deslocam o interesse para indagações acerca dos elementos formadores dos contextos de produção e leitura e dos agentes desses processos.

Nas últimas décadas, uma exaustiva discussão teve como ponto de partida uma eventual mudança paradigmática dos estudos literários. A cada ano surge, ressurgue ou são revistas teorias da literatura. Todas, de alguma forma, vinculadas ou a uma perspectiva pragmática ou vinculadas a uma teoria formalista, sendo que aquelas ganham cada vez mais espaço, em detrimento da exclusão ou desvalorização das perspectivas e teorias formalistas.

Tal reflexão, no entanto, não é a intenção deste estudo, vez que nosso objetivo, por ora, é traçar apenas um panorama dos questionamentos que envolvem os estudos da literatura. Porém, é preciso afirmar que a focalização multifacetada sobre o fenômeno literário não significa a formulação de uma receita que permita uma aproximação mais precisa do objeto sob investigação, determinações mais claras e definitivas.

Ainda segundo Schmidt, nesse debate se faz necessária a substituição da eterna pergunta *“o que é literatura?”* por outra: *“o que é considerado literário, quando, em que circunstâncias, por quem e por quê?”* (Schmidt, 1989)

O próprio estudioso alemão afirma que a mudança evidencia uma passagem mais abrangente do texto para o sistema literatura, ou seja, a substituição de concepções formalistas, em que a identidade do estatuto literário se confunde com propriedades textuais, para uma compreensão pragmática do fenômeno literário como sistema específico caracterizado por complexas relações comunicacionais e contextuais.

Se, de um lado, a teoria formalista, especialmente em sua fase inicial, pretendia transformar-se em ciência literária, “pela abstração de esferas até então consideradas básicas”, a teoria proposta por Mikhail Bakhtin (1989), por outro lado, escolhe um

caminho diverso: o seu conceito de linguagem funda-se no discurso verbal como fenômeno social em toda a sua extensão e em cada um dos seus componentes.

Segundo Bakhtin (1989), o caráter pluriforme do discurso é explicado a partir da natureza dialógica da linguagem e da coexistência de enunciados sociais heterogêneos, abrindo, desse modo, um espaço que foi preenchido por outros teóricos do discurso.

É categórica a afirmação reiterada de Bakhtin que “um signo não existe apenas como parte de uma realidade: ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa validade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico”.

A questão da linguagem assim colocada (de um lado no nível da teoria da literatura que tem por objeto um discurso verbal específico e, de outro, no nível da configuração desse próprio discurso literário) revela o deslocamento para um sugestivo modelo que, certamente, privilegia abordagens contextuais. Concomitantemente, perde fascínio o modelo clássico da lingüística que, em função de suas regras transparentes e imunes a subjetividade e à esfera do social, separa língua e fala, em prejuízo da última.

Ao transcender a dimensão imamentista, a qualidade diferencial de um conjunto de fenômenos literários torna-se difusa. A visão da literatura como rede de múltiplos processos interativos e instáveis, obriga a repensar a esfera do literário de modo mais complexo e a refletir sobre as próprias circunstâncias sócio-históricas dos fenômenos literários no circuito da produção e da recepção.

As tendências pragmáticas evidenciam, antes de mais nada, uma espécie de revolução epistemológica que sustenta novas compreensões do fenômeno literatura como sistema social específico e processo comunicativo histórico situado. Se, de um lado, esse “desaparecimento do texto” do lugar central da investigação e a nova curiosidade pelos subterrâneos e pressupostos que constituem o literário são vistos não só como escândalo, mas também como equívoco, por outro lado, trata-se de uma perspectiva que nos permite tematizar o sistema literário de modo mais rico e interessante quando o texto é percebido como um dos fatores que compõem uma rede plural e contingente batizada de literatura.

Nos estudos literários caracterizados pela passagem da “concepção substancialista” para uma compreensão do discurso literário em “uma perspectiva pragmática”, as marcas específicas da

literatura não se confundem com propriedades exclusivas do texto, mas apontam para uma relação inter e contextual. Os reflexos dessa passagem terão consequências significativas na elaboração de novas teorias da literatura, inclusive propondo uma releitura dos formalistas russos, especialmente em relação a seu modelo de evolução literária o que, certamente, não teremos condições de fazê-lo no presente trabalho.

2.2. A verossimilhança e a veracidade

Sem dúvida alguma, a Literatura, de alguma forma, tem um sério pacto com a História. A distinção primitiva entre ficção e história, em que ficção representa o imaginável (ou fantasioso) e a história representa o verdadeiro, cada vez mais encontra menos resistência. Por muito tempo acreditou-se numa oposição total entre elas. O estudioso da Nova História, Hayden White (1992), considera uma ficção do próprio historiador quando o mesmo supõe que, ao constituir os vários estados de coisas na forma de começo, meio e fim, esteja reproduzindo fatos “verdadeiros” ou “reais” e que ele “simplesmente registrou ‘o que aconteceu’ na transição da fase inaugural para a fase final”. Para White, porém, tanto o *estado inicial de coisas* quanto o *estado final* são construções poéticas e,

assim sendo, estão vinculadas intimamente às modalidades da linguagem figurada que, certamente, é utilizada para dar um aspecto de coerência:

"Isso implica que toda narrativa não é simplesmente um registro "do que aconteceu" na transição de um estado de coisas para outro, mas uma redescrição progressiva de conjuntos de eventos de maneira a dismantelar uma estrutura codificada num modo verbal no começo, a fim de justificar uma recodificação dele num outro modo no final".
(White, 1992)

Segundo a visão e a formulação polêmica mas contemporânea da Nova História de que a narrativa histórica não é uma representação fiel da realidade, mas um tipo de narrativa complexa dificultada pelas lacunas que as fontes históricas não conseguem preencher. Essas lacunas, consideradas pontos indeterminados, são preenchidas pelo estilo do historiador e as técnicas aproveitadas no processo de elaboração textual estão muito próximas das técnicas da escrita ficcional. Tal elaboração textual não é simplesmente a descrição da verdade. Afinal, segundo Roland Barthes, a produção de sentido (ou de verdade) do discurso histórico não tem suas raízes fincadas na reprodução fiel da realidade, mas "nas trilhas da linguagem, já que o real nunca é mais do que um sentido e o discurso histórico não faz mais que significá-lo".

Seguindo a formulação estabelecida pelos estudiosos da Nova História, não é cabível à História nem à Literatura lidar com o conceito de verdade. Com relação à literatura, temos a *verossimilhança*, e à história, a *veracidade*. Ambas vinculadas à verdade: seja a literária, seja a histórica. Elegendo tais termos

(verossimilhança e veracidade), estaremos garantindo “à história seu caráter de escrito com base em elementos constatáveis e ao texto literário a coerência interna que lhe garante o seu caráter de crível”.

No entanto, se voltarmos à questão colocada anteriormente sobre a relação entre Literatura e História, constataremos que o fazer literário, por vezes, também se constitui a partir de fatos verídicos. Assim sendo, também não é possível distinguir Literatura e História a partir da idéia de verdade nem pelos conceitos de veracidade e verossimilhança.

Se a história é um exercício de pesquisa e o registro de seus resultados, certamente oscilará entre a realidade que se recompõe e o discurso (texto) do historiador. Não é possível negar que a história não seja uma forma de inventário que se transformará em texto com enredo próprio de uma narrativa. Essa narrativa estará impregnada das técnicas da linguagem figurada e “as marcas do estilo de cada historiador e possibilidades análogas de recorte do tempo tal como ocorrem na ficção”. (White, 1992)

Ao recompor e recortar a *realidade* (objeto da história), o historiador já não trabalha mais com essa mesma realidade, mas com uma idéia particular de realidade.

Certamente, a história será ciência uma vez que se utiliza de métodos de pesquisa, descobertas e levantamento de fontes. Porém, estará próxima da literatura quando o historiador parte para a formulação do registro de suas pesquisas, elaborando um texto.

A história se estabelece a partir desta formação híbrida, arte e ciência. Porém, a literatura não tem compromisso

com a ciência, não quer nem pretende ser a verdade. Talvez aqui resida o principal limite entre Literatura e História: a literatura, “criadora de seu próprio universo, pode lidar tanto com eventos verificáveis quanto com eventos imaginados”. (White, 1992)

O conceito de verossimilhança, fundamental na concepção aristotélica acerca da poesia, ganha espaço também junto às novas perspectivas de construção da história: o texto histórico e o texto literário permite a reprodução da realidade no sentido em que a analisa, a reconstrói, a reorganiza e a recria, extraíndo do acontecimento uma base (e unidade) para a compreensão das ações sociais e humanas. Ambas são enredo, porque têm de ter ordem e coerência.

De fato, já não é possível ir contra os esforços e avanços da Nova História, em especial quando afirma que, hoje, os historiadores compreendem que toda história é seleção, visto que se torna impossível se pensar em uma história que contemple todos os acontecimentos.

Para E.H. Carr (1989), “o historiador é necessariamente um selecionador”, vez que seleciona e decide quais os fatos entrarão em cena, bem como a sua ordem e o contexto que os envolverá.



Segundo Jacques Le Goff, um dos mais importantes teóricos da Nova história, não existe realidade histórica acabada, que seria descoberta em sua totalidade ou se entregaria por si própria ao historiador. “Algo dado?” pergunta. “Não, algo criado pelo historiador, quantas vezes ? algo inventado e construído com ajuda de hipóteses e conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante”. (Lê Goff, 1990)

A esta altura, dois questionamentos que permeiam nossa mente são necessários: (1) o que separa e o que aproxima Literatura e História? (2) o que pode interessar ao nosso trabalho a relação entre Literatura e História?

Já vislumbrado anteriormente, o nosso objetivo vai sendo delineado a partir de um panorama que possa demonstrar e situar a complexidade que existe na relação entre a Literatura e a História.

Se o discurso histórico, como vimos, está impregnado de ficção, como poderíamos classificar os textos da *literatura informativa*, como sempre foi classificada, de *textos mais históricos* que *textos literários* ?

Se a história é um elemento que não deve ser desprezado pelos estudiosos e historiadores da literatura, como

situar ou não situar os textos da *literatura informativa* no rol das obras da Literatura Brasileira ?

A seguir apresentaremos os textos selecionados, arrolados didaticamente no rol das obras enquadradas na Literatura de Informação. Nestas apresentações, procuraremos situar e refletir sobre as questões formuladas.



3. Sobre os Diálogos e as Grandezas do Brasil

3.1. Os diálogos das grandezas

Em os *Diálogos das grandezas do Brasil* encontramos alusões judaicas claras, comprovando a origem do cristão-novo Ambrósio Fernandes Brandão: inúmeras referências ao Velho Testamento, o que não era muito usual naqueles tempos de perseguição religiosa e nenhuma menção ao Novo Testamento, o que era também incomum, e, além disso, uma visão sobre a presença, na antiguidade, de hebreus e de fenícios nesta parte do mundo, antecipando debates que se seguiram com o decorrer dos séculos, inclusive, chegando até o ano 2000, quando se comemorou os 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil.

Registra-se, ainda, que os modelos que inspiraram os interlocutores eram cristãos-novos: Brandônio (falando em nome do autor) e Alviano (representado possivelmente por Nuno Álvares, citado como cristão novo por Rodolfo Garcia). A obra não foi a primeira a descrever a flora, a fauna, o clima e os habitantes da nova terra, mas deve ser considerada como o primeiro projeto ou primeira carta de intenções de desenvolvimento e emancipação econômica da colônia.

Segundo Alfredo Bosi (1980), nas primeiras décadas do século XVI, confirmando-se a decadência da extração de pau-

brasil, a base econômica e material da colônia é o cultivo da cana-de-açúcar. Será nesse contexto que Ambrósio Fernandes Brandão escreverá os *Diálogos das grandezas do Brasil* que, sem dúvida alguma, numa tônica de informação e de louvor às grandezas brasileiras, buscava o convencimento das autoridades e de outros investidores sobre o real valor e as diversas potencialidades das novas terras.

Diálogos das grandezas do Brasil foram escritos em 1618 por Ambrósio Fernandes Brandão, segundo minuciosa pesquisa empreendida por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

O próprio título da obra já denota a sua forma: são seis diálogos em que os interlocutores Brandônio e Alviano conversam sobre as condições gerais da colônia e do colonizador, das capitanias e sobre as possibilidades da terra. Segundo Antonio Candido “faz-se crítica objetiva e justa, numa linguagem de certo colorido e sugestões poéticas, o que dá à obra categoria literária. É evidente o interesse do Autor pelo bem da terra, a ponto de exprimir aquela visão profética, como diria Oliveira Lima (1896), do seu destino próspero e de sua condição de ‘refúgio e abrigo da gente portuguesa’. Está na mesma linha dos cronistas que escreveram sobre o Brasil no século XVI, lançando os fundamentos de uma literatura de inspiração nativista”.

Para Alfredo Bosi (1980) “os *Diálogos* continuam nesse diapasão justapondo mil e um informes úteis para o futuro povoador da terra”. Ainda segundo Bosi, a maneira insistente de descrever e arrolar os bens naturais e materiais da colônia, bem como a forma de historiar “a vida ainda breve da Colônia indica um primeiro passo da consciência do colono, enquanto homem que *já não vive* na Metrópole, e por isso, deve enfrentar coordenadas naturais diferentes, que o obrigam a aceitar e, nos casos melhores, a repensar diferentes estilos de vida” (Bosi, 1980).

Alviano

Que bisalho é esse, Sr. Brandônio, que estais revolvendo dentro nesse papel? – porque segundo o considerais com atenção, tenho para mim que deve ser de diamantes ou rubis.

Brandônio

Nenhuma cousas dessas é, sinão uma lanugem que produz aquella arvore fronteira de nós em um fruto que dá, do tamanho de um pecego, que semelha propriamente a lã. E porque m’a trouxe agora há pouco a amostrar uma menina, que o achou cahido no chão, considerava que se podia aplicar para muitas coisas

Alviano

Não de menos consideração me parece o modo da arvore que o fructo della; porque, segundo estou vendo, semelha haver-se produzido do sobrado desta casa, onde deve ter as raízes, pois está tão conjuncta a ella.

Brandônio

A humidade de que gozam todas as terras do Brasil a faz ser tão frusctífera no produzir que infinidade de estacas de dibersos paos, mettidos na terra, cobram e em breve tempo chegam a dar fructo; e

esta árvore, que vos parece nascer de dentro desta casa, foi um esteio que se meteu na terra, sobre o qual, com outros mais, se sustenta este edifício, que, por pender, veio a criar essa árvore, que demonstra estar unida com a parede.

O diálogo entre Alviano e Brandônio segue. O primeiro contestando as qualidades e a serventia da lanugem que o segundo diz poder ter. Brandônio sendo mais velho e também conhecedor do Brasil, tenta convencer Alviano das grandezas e das vantagens que a então colônia portuguesa poderia apresentar e ou oferecer.

Brandônio, emissor de um discurso ufanista e notadamente persuasivo, informa Alviano, receptor ávido por informações sobre a Terra de Santa Cruz. Utilizando características próprias da função poética, o nosso emissor procura sensibilizar o receptor.

O diálogo é, sem dúvida, a melhor forma de conação, ou seja: através de uma ação verbal que convença o *outro*.

No caso dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, o emissor parece-nos, em verdade, receptor de si próprio. O narrador cria um personagem (Alviano) para dialogar e apresentar as dúvidas de um leitor implícito. Alviano *faz o papel* de um receptor pré-determinado que é, aos poucos, seduzido pela ação do discurso persuasivo de Brandônio. E nesse caso, poderíamos dizer que o livro não passa de um monólogo e sua ação conativa recai sobre o

leitor – certamente um europeu que precisa ser convencido das reais grandezas do Brasil. A mensagem, em cada fator de comunicação, visa atingir determinado objetivo. Será esse fator ou elemento da comunicação que determinará a função e o perfil da mensagem, bem como nos ensina Roman Jakobson. É o funcionamento básico de qualquer processo de comunicação, ocorrendo com a finalidade de transmitir uma dada idéia, mensagem ou informação. O livro *Diálogos das Grandezas do Brasil* é o *canal* pelo qual procura se consolidar um universo de informações que convença os incrédulos sobre os poucos riscos que teriam, caso resolvessem investir na colônia. O receptor contextualizado por Alviano será implicitamente o leitor português que, por sua vez, é o alvo de informações sobre o Brasil. Porém, não um leitor qualquer, mas o leitor vinculado ao poder econômico e político da época, ou seja, aquele que teria condições de realizar ou propor grandes investimentos na Colônia.

O que busca Brandônio em seu interminável diálogo com Alviano?

Certamente influenciá-lo e conquistá-lo para a defesa dos interesses e das grandezas do Brasil e pretende provar *no Reino, diante dos senhores governadores*, que o Brasil era mais rico e dava mais proveito de que todas essas Índias Orientais.

Trata-se, portanto, da utilização permanente da função conativa da linguagem, visando a adesão do (s) outro (s) para as causas da colônia que, em verdade, estavam intrinsecamente ligadas às causas da Metrópole. Um texto em que o receptor parece confundir-se com o próprio emissor. Ou seja, que o emissor tenta se convencer com as próprias palavras, convencendo o outro. Essa ação verbal busca o convencimento do receptor *“através de uma ordem, exortação, chamamento ou invocação, saudação ou súplica”*. Ambrósio Fernandes Brandão faz uso desse sistema para convencer o leitor, através dos diálogos de Brandônio e Alviano, da viabilidade do Brasil. Quem são esses leitores senão os portugueses que ainda duvidavam das grandezas do Brasil? Alviano é o representante deles. E o autor o coloca apresentando questionamentos e dúvidas que, certamente, poderiam estar nas mentes dos lusitanos:

Alviano

Parece-me que um mesmo cuidado devia de ser o que nos traz a ambos a este lugar num mesmo ponto; porque de mim vos confesso que me não deixou toda esta noite repousar a prática que deixamos hontem imperfeita com a dúvida que puz.

Brandônio

Para que levemos enfiado o que havemos de dizer, torna-e a repetir essa duvida.

Alviano

Duvidei poder estar esta terra do Brasil de tão bom temperamento, como apontáveis, por razão de a maior parte de sua costa cahir naquella tórrida zona, tão arreceiada dos antigos por muito quente, em tanto que a faziam inabitável. E de terra que não podia ser habitada por seu ruim temperamento, fez-me grande duvida o dizerdes-me que era tão sadia pera a natureza humana.

Brandônio

Verdade é que a tórrida zina aonde cahe grande parte desta costa do Brasil, foi julgada dos antigos por inhabitável pelo muito calor que imaginavam haver nella, da qual hoje já temos experimentado o contrário; porque a achamos tão temperada e conforme pera a humana natureza, que bem se puderem largas as outras duas temperadas pelas incomodidades das injurias, que nellas faz a mudança dos tempos seus habitantes, causa de tantas enfermidades e buscar esta 'por ser habitação tão acomodada, que a temperança do calor e frio anda tão regulada que não vemos nunca alterar mais num tempo que outro.

Brandônio tem todas as respostas para todas as perguntas formuladas por Alviano. Trata-se, certamente, de um rol de dúvidas que permeava a mente desconfiada dos nobres e comerciantes portugueses da época. Afinal, havia outros mercados, a exemplo das Índias Orientais, que já haviam se tornados seguros e lucrativos. Por que então investir numa terra que ainda não se provou viável economicamente? É essa a principal pergunta, implícita e por vezes explícita, que Alviano dirige a Brandônio. E Brandônio, nas palavras de Alfredo Bosi (1980), indica o nascedouro de uma consciência do colono, um "homem que *já não*

vive na Metrópole e, por isso, deve enfrentar coordenadas naturais diferentes, que o obrigam a aceitar e, nos casos melhores, a repensar diferentes estilos de vida”.

Além da segunda pessoa do discurso, freqüentemente, a função conativa da linguagem traz consigo a presença do imperativo e do vocativo.

No decorrer dos *seis diálogos* que compõem o livro, Brandônio transmite informações e, através de uma lógica argumentativa, supera as contestações de Alviano, buscando seduzi-lo e transformá-lo num defensor, divulgador e um investidor dessas grandezas. Eis o final do último diálogo:

Brandônio

(...) E com isto me parece que tenho chegado ao limite de minha obrigação, o menos mal que pude, deixando-vos agora o campo aberto pera poderdes condenar o Brasil por ruim terra, como de princípio fizestes, se virdes que, com as verdade que delle tenho dito, se lhe pode de justiça atribuir semelhante nome dos avisados; porque dos néscios não trato, que os seus ruins discursos nos desculpam.

Alviano

Tendes-me já tão convertido à vossa seita, que por toda parte por onde que me achar, apregoarei, do Brasil e de suas grandezas, os louvores que ellas merecem.

Ora mesclada com a função referencial ora com a função poética, a função conativa – *modo sedutor de convencer* –

permeia todo o discurso ufanista do período colonial brasileiro, sendo expressivo nos textos produzidos, especialmente nos primeiros séculos da colonização e encontrou eco no século XIX, através do Romantismo, e em algumas vertentes do século XX, no movimento modernista.

3.2. A grandeza dos diálogos

“A personagem é um ser fictício, - expressão que soa como paradoxo”.

Antonio Candido, in *A personagem de ficção*, 1998

O professor e crítico literário Antonio Candido de Mello e Souza, a partir do seu ensaio *A personagem de ficção* (1998), leva-nos a refletir sobre as personagens Brandônio e Alviano, criadas por Ambrósio Fernandes Brandão para dar vida às informações que pretendia que não apenas chegassem a Portugal, como também que convencessem os *nobres leitores* acerca da necessidade de investimento nas terras descobertas e não colonizadas, até então, a contento.

Desde a Grécia Antiga, os *diálogos* são utilizados como forma pedagógica de transmitir conhecimentos e informações. Ao optar por esta forma, digamos, clássica, Ambrósio Fernandes Brandão tinha em mente que seria um meio mais eficaz para o

convencimento do seu público alvo e a difusão das informações, das possibilidades e das grandezas do Brasil.

Brandônio e Alviano, sem dúvida alguma, são criaturas do mundo fictício. São personagens com os seus desígnios definidos pelo autor. Pré-determinados, seres fictícios que são colocados como seres históricos inseridos no contexto do início da colonização portuguesa no Brasil, Brandão confirma o paradoxo citado por Antonio Candido:

“De fato, como pode uma ficção *ser* ? Como pode existir o que não existe?”

Escritos em 1618 “*Os diálogos das grandezas do Brasil*” já vislumbram mecanismos iniciais que serão utilizados pelos romancistas dois ou três séculos depois na elaboração e definição do elemento narrativo que parece “o que há de mais vivo no romance” (Candido, 1998): a personagem.

A existência de um paradoxo que cerca a *personagem de ficção* faz parte do processo de criação literária, segundo Antonio Candido:

“... o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial”.

Brandão formula uma relação entre o ser vivo e o ser fictício, ao optar pela criação de dois personagens que dialogarão sobre as grandezas do Brasil. Tais grandezas, a partir das formulações do autor, representam a realidade de uma colônia que necessita de mais atenção e mais investimentos da Coroa Portuguesa. De um lado, Brandônio, representando o pólo informado sobre as possibilidades e as grandezas das terras brasileiras, de outro Alviano, representando o pólo ignorante, desinformado sobre essas mesmas grandezas. O personagem que representa aqueles que estão *desinformados* e, portanto, alimentados pelas dúvidas empreendidas, formuladas e respondidas nos diálogos.

Ao se utilizar desses personagens, Ambrósio Fernandes Brandão estabelece uma lógica para cada uma delas, a lógica do conhecimento e a do desconhecimento, respectivamente. Exerce a função de escritor, desde logo, pois dá a cada um “uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva de sua existência e a natureza do seu modo de ser”. (Candido, 1998)

A criação de personagens para dar vazão e razão às informações que julga importantes para Portugal e para o que se começa denominar Brasil, leva Ambrósio Fernandes Brandão a utilizar-se de mecanismos próprios da ficção, aproximando a

história da literatura. Não há dúvida que a maior preocupação de Brandão é com o complexo de dados que desejava levar ao conhecimento dos nobres portugueses. Porém, a ordenação dos fatos, das dúvidas e das informações sobre as grandezas do Brasil obedece a uma coerência que encontramos também nos textos literários, o que, certamente, “garante um sentimento de realidade” (1998) ao texto, tornando-o uma obra que transcende o seu tempo e a sua finalidade pragmática.



4. As Histórias de Frei Vicente do Salvador

“Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto vi notar a um bispo de Tucuman da Ordem de São Domingos, que por algumas destas terras passou pera a corte. Era grande canonista, homem de bom entendimento e prudência, e assi ia muito rico. Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe pera comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça, nem no açougue e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda nela não é república, sendo-o cada casa.”

(Frei Vicente do Salvador, in *História do Brasil*)

No segundo capítulo (capítulo segundo) de seu livro *História do Brasil (1500-627)*, intitulado *Do nome do Brasil*, Frei Vicente do Salvador já tom crítico que permeará a sua obra no tocante às pessoas que traçam e executam a política de colonização no país.

Nessa época, certamente, Portugal já havia definido a política de ocupação e colonização da Terra de Santa Cruz, pela qual reservou alguns papéis para os brancos vindos da metrópole e outros para os nativos. Estabelecendo o direito de dispor livremente das terras e dos homens que nelas viviam, por ter sido o primeiro a “descobri-los”, o Rei de Portugal usa-os para atrair colonos e com

isso garantir a posse das terras e a extensão de sua autoridade. As palavras do bispo de Tucuman, reproduzidas por Frei Vicente do Salvador, revelam a face ambígua, senão contraditória, da colonização:

“a colônia é vista como prolongamento da metrópole, mas ao mesmo tempo a sua negação”.

Historia do Brasil tem uma intenção bastante nítida: a de exaltar a abundância, as novidades e as qualidades das terras do Brasil, com o fito de atrair colonos para aqui se fixarem ou realizarem investimentos. E mais: sensibilizar a Coroa Portuguesa para cuidar melhor destas terras.

As funções propagandística e informativa de História do Brasil são notórias. Porém, Frei Vicente do Salvador ultrapassa essas intenções e vai além:

“aponta de maneira iluminada para as estruturas básicas da colonização moderna em geral e da colonização portuguesa em especial; e ao mesmo tempo remete para as práticas, os comportamentos, ao dia-a-dia do viver em colônias...” (Novais, 1998)

Apresenta, ainda, uma metáfora para explicitar o abandono em que se encontra a Colônia, especialmente a partir do fato do nome Santa Cruz (utilizado por Pedro Álvares Cabral para batizar as terras recém descobertas) ter sido esquecido e

substituído pela palavra Brasil para designar a Colônia Portuguesa da América:

“o dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz, que no capítulo atrás dissemos, era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Cristo Nosso senhor morreu por nós, e por esta causa pôr nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha...”

Por meio de uma metáfora religiosa, do combate entre Deus e o Diabo na colônia, o que se ressalta é o conflito entre as duas vertentes da colonização: o “impulso salvífico” e os “mecanismos de produção e exploração mercantil do novo mundo”. (Novais, 1998).

Sendo que a primeira dimensão, na expressão de Fernando Novais (1998), a catequese do gentio, dominava o universo ideológico, configurando o projeto, e a segunda dimensão, a dominação política e a exploração econômica, definidora das necessidades de riqueza e poder.

Lamentando a vitória do demônio, inclusive em relação ao esquecimento do nome Santa Cruz, Frei Vicente do Salvador aponta, em verdade, para a dedicação às obras relacionadas à vida

material em detrimento das obras do universo espiritual (o mundo da cultura):

“de um lado (ideológico), pensava-se a exploração para a cristianização, isto é, a exploração como uma necessidade para chegar à evangelização, que era o objetivo; doutro lado, nas práticas sociais, o que transparece é o inverso, isto é, a exploração instrumentalizando a missão para garantir o domínio”.
(Novais, 1998)

Essa ambigüidade estará presente em diversos escritos do período. Caminha fez alusão a esse problema quando afirmou sobre as potencialidades materiais destas terras e dizia que ao maior investimento de Del Rey seria em relação às almas pagãs dos nativos.

História do Brasil tem uma função informativa, especialmente quando também afirma e reafirma sobre as grandes potencialidades econômicas e materiais da Colônia. É também persuasiva quando alude sobre as questões esquecidas pela Metrópole que, mais cedo ou mais tarde, serão fonte de diversos e grandes problemas.

Porém, a obra vai além dessas intenções iniciais, no que residirá o presente trabalho. Frei Vicente do Salvador era um homem culto, humanista, apreciador da literatura e da filosofia clássica.

Trata-se de uma consciência em relação ao papel da cultura na formação das gerações e da necessidade de se investir em escritores, para não dizer pesquisadores, citando Ovídio:

“o favor ajuda o escritor, alivia-lhe o trabalho, anima-o e dá-lhe fervor à sua obra; porém, o que vemos é que, querendo todos ser estimados e louvados dos escritores, há mui poucos que os louvem e estimem, e menos lhe façam as despesas”.

Aqui é importante notar que, àquelas primeiras intenções de escrever para atrair novos colonos para o Brasil e sugerir ao Rei maior dedicação aos rumos da Colônia, outras foram acrescentadas. Tais intenções não eram, digamos, paliativas ou imediatas. Frei Vicente do Salvador estava pensando nas novas gerações e no futuro ao registrar suas observações, ofertando “à perpétua memória, como costumavam os antigos”.

Dirigindo-se ao licenciado Manuel Severim de Faria, chantre na Santa Sé de Évora, provavelmente um mecenas que fez o favor de ajudar o escritor, aliviando-lhe o trabalho, a quem dedica a obra, escreve:

“Desta maneira, havendo-me Vossa Mercê pedido um tratado das coisas do Brasil, lhe ofereço dois, leitura que pudera causar fastio, se o diverso método a não variara e dera apetite”.

Alfredo Bosi (1980) afirma que não é tarefa fácil distinguir, dentre os textos produzidos no período colonial, a *crônica* da *história*. Citando as obras de Gândavo e de Gabriel Soares de

Souza, Bosi certamente as enquadraria dentre as crônicas vez que não vão além do relatório dos acontecimentos, abrindo mão das reflexões. Porém,

“...na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador reponta o cuidado de inserir a experiência do colono em um projeto histórico luso-brasileiro. O que explica as críticas de Frei Vicente à relutância do português em deixar o litoral seguro (onde vive ‘como caranguejo’) e o conseqüente desleixo em face da riqueza potencial da terra”. (Bosi, 1980)

Bosi, ainda, em seu comentário sobre a obra de Frei Vicente do Salvador o compara a Ambrósio Fernandes Brandão, pela constante vinculação que estabelece entre *informação* e *poder*.

História do Brasil foi concluída, em 1627, por Vicente Rodrigues Palha, o Frei Vicente do Salvador, e publicada pela primeira vez em 1889, apresentando pontos em comum com os “*Diálogos das Grandezas do Brasil*”: o problema da habitabilidade na zona tórrida, o da responsabilidade pelo atraso da terra, o das origens da população indígena, a visão profética do nosso destino – possível centro de refúgio da monarquia portuguesa. Exprime, assim, o sentimento de amor à terra, a crítica objetiva à política colonizadora de Portugal, a informação precisa e direta, numa atitude significativa de identificação do homem com a paisagem, preocupando-se de fato com o seu destino. À parte da matéria histórica, ainda hoje grandemente estimada, especialmente devido

aos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, a matéria informativa merece um tratamento acentuadamente pragmático, sem preocupação comparativa, e numa linguagem que, embora possamos classificá-la muito aquém dos padrões da própria literatura portuguesa da época, não deixa de ter o seu encanto e sugestão.

Vejamos o diálogo que o poeta João Cabral de Melo Neto, no Século XX, realiza com a obra de Frei Vicente do Salvador:

"Giitis é fruto de outras o qual, pôsto que feio à vista, e por isso lhe chamam coroe, que quer dizer nodoso e sarabulhento, contudo é de tanto sabor e cheiro que não parece simples, senão composto de açúcar, ovos e almíscar".

Os historiadores e os críticos de nossa literatura sempre se perguntaram qual o interesse que poderia ter a leitura e a análise de textos escritos no Século XVI, época do descobrimento do Brasil?

Certamente, os motivos são os mais variados: documentos ricos de informações sobre a fauna, a flora, a geografia e a história brasileira, que falam sobretudo dos povos indígenas. Foram utilizados como fonte para o conhecimento das raízes do povo brasileiro. Nesse sentido, muitos autores brasileiros recorreram a tais textos. No século XIX, os românticos José de

Alencar e Gonçalves Dias. No Século XX, entre outros, os modernos Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Murilo Mendes e João Cabral de Mello Neto.

Na busca de uma perspectiva que relacionasse a literatura informativa e a literatura, digamos, modernista, propomos uma “análise comparativa” entre excertos da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, cuja obra se insere na primeira e o poema *Jogos frutais* de João Cabral de Mello Neto, com o qual procura realizar um certo diálogo.

O texto de Frei Vicente do Salvador exalta as qualidades das frutas brasileiras. Qualidades que não são encontradas nas frutas de outras partes do mundo. A predominância dessa perspectiva de exaltação e descoberta, muito comum na maior parte dos textos informativos, reflete a perspectiva da posse, que vê a terra como projeção das glórias e conquistas da Coroa Portuguesa. As frutas são descritas como uma grande descoberta, o ouro verde, certamente produto que poderão ser desfrutados. Sem dúvida alguma, a visão imperial colocava o país como uma terra que deveria ser desfrutada, literalmente:

“Os cajueiros dão a fruta chamada cajú, que são como verdiais, mas de mais sumo, os quais se colhem no mês de dezembro em muita quantidade, e os estimam tanto que aquêles não querem outro mantimento, bebida ou regalo, porque eles lhe servem de fruta o

sumo de vinho, e de pão lhes servem umas castanhas que vêm pegadas a esta fruta, que também as mulheres brancas prezam muito, e sêcas as guardam todo o ano em casa pera fazerem maçapães e outros doces, como de amêndoas;”

O texto de Frei Vicente do Salvador caracteriza-se por uma linguagem preciosista, de toques rebuscados, descrições perfeitas e a utilização profusa de hipérboles e de adjetivação superlativa. Não é à toa: representa o estado *ufanista* que permeia trechos importantes da *História do Brasil*.

Já João Cabral refere-se à geografia e aos frutos de forma indireta e complexa, refazendo o percurso estético, muito peculiar em sua poesia:

JOGOS FRUTAIS

De fruta é tua textura
E assim concreta;
textura densa que a luz
não atravessa.
sem transparência:
não de água clara, porém
de mel, intensa.

Intensa é tua textura
porém não cega;
sim de coisa que tem luz
própria, interna.
E tens idêntica
carnação de mel de cana
e luz morena. (...)

Não és uma fruta fruta
só parta o dente,
nem és uma fruta flor,
olor somente.
Fruta completa:
para todos os sentidos,
para cama e mesa. (...)

No entanto, será em outro poema de João Cabral que encontraremos um diálogo mais acentuado, levando em

consideração as reflexões que envolvem as questões históricas e literárias que propomos perscrutar:

OS REINOS DO AMARELO

A terra lauta da Mata produz e exhibe
Um amarelo rico (se não o dos metais):
o amarelo do maracujá e os da manga,
do oiti-da-praia, do caju e do cajá;
amarelo vegetal, alegre de sol livre,
beirando o estridente, de tão alegre,
e que o sol eleva de vegetal a mineral,
polindo-o, até um acesso metal de pele.
só que fere a vista um amarelo outro,
e a fere embora baço (sol não o acende):
amarelo aquém do vegetal, e se animal,
de um animal cobre: pobre, podremente.

Só que fere a vista um amarelo outro:
se animal, de homem: de corpo humano;
de corpo e vida; de tudo o que segrega
(sarro ou suor, bile íntima ou ranho),
ou sofre (o amarelo de sentir triste,
de ser analfabeto, de existir aguado):
amarelo que no homem dali se adiciona
o que há em ser pântano, ser-se fado.
Embora comum ali, esse amarelo humano
ainda dá na vista (mais pelo prodígio):
pelo que tardam a secar, e ao sol dali,
tais poças de amarelo, de escarro vivo.

“Os Reinos do Amarelo é, sem dúvida, um dos grandes textos da literatura brasileira moderna que realiza um diálogo franco com os textos produzidos pela nossa literatura de informação.

Trata-se, sem dúvida, de um desafio analítico instigante. Primeiro porque a leitura de um texto de um autor do porte de João Cabral demanda um esforço analítico extraordinário para captar o emaranhado construído em seus versos, sempre em busca de uma expressão que possa conciliar as diversas possibilidades de construção de um poema moderno.

O segundo motivo reside no fato do texto já ter sido devidamente trabalhado por Aguinaldo José Gonçalves, em seu livro *Transição e permanência: Miro/João Cabral: da tela ao texto* (1989), o que poderia, certamente, parecer uma pretensão demasiada desejar revelar algo novo com relação ao citado texto. Porém, cumpre registrar que o nosso objetivo é tão-somente apresentar o diálogo que se constituiu entre as manifestações literárias do século XVI e a literatura brasileira do século XX, em especial pós 1922, em que o Brasil se descobre e busca um porto mais seguro na arte literária, firmando-se como um sistema literário em busca de superações.

“Os Reinos do Amarelo” é um poema típico, se assim podemos afirmar, de João Cabral de Melo Neto, basicamente por duas marcas: a maestria da composição dos versos, vinculando-se a uma estética poética modernista, e o registro social, relacionado às questões do nordeste brasileiro.

Tanto uma, como a outra marca, evidentemente sem estabelecer qualquer dicotomia, foram brilhantemente apresentadas pela análise de Gonçalves (1989). Segundo o autor,

os sentidos que perseguem tradicionalmente o signo “amarelo”, tais como riqueza, ouro, nobreza, associados ao também convencional valor do imperialismo nobre dos reinos, encontram no poema uma subversão semântica minada pela ironia alegórica que o conduz. (Gonçalves, 1989)

São marcantes no poema as expressões que vão compondo o universo do amarelo, representado por um multifacetado *sol* que possui “dupla função no espaço do poema” (Gonçalves, 1989), uma, na primeira estrofe, que se apresenta como um *elemento transformador*, livre e alegre, capaz de “elevar o amarelo de vegetal a mineral” (Gonçalves, 1989). Porém, na segunda parte, o “*sol* deixa de ser agente e passa a ser elemento circunstancial que chega a retardar o secamento do *escarro vivo*”.

Os reinos do amarelo apresentam duas graduações de amarelo, uma que denota evolução, e a outra que deteriora.

Esta recortada fronteira entre o externo e o interno, a transformação e a deterioração, matéria e símbolo, história e literatura, leva o poeta a apreender “o limite e a expansão possível da imagem” (Villaça, 2001). Segundo Alcides Villaça, “o duplo aqui conjugado faz pensar no comportamento geral” da poesia de João

Cabral, “no aspecto *frio* que assume em sua planificada ossatura, em sua perspectiva simétrica e geometrizzante” (Villaça, 2001).

Trata-se de um diálogo que ajuda a compor uma fisionomia muito particular da literatura, aquela em que o cronista e o poeta trabalham sua linguagem, na qual além dos frutos e das frutas, conseguem colher e escolher caminhos para uma literatura que se pretende brasileira, sendo universal.



5. Os caminhos de Caminha

5.1. A Carta

A *Carta* de Pero Vaz de Caminha, enviada ao Rei de Portugal, é o primeiro documento literário a respeito do Brasil, redigido no exato momento em que a esquadra de Pedro Alvarez Cabral avistou a região que foi denominada Porto Seguro, no atual Estado da Bahia. Porém, o fato de sua primeira edição ser datada em 1871, certamente antes dessa data não pode ter exercido influência na literatura ou na história brasileira.

Trata-se, hoje, do documento mais citado e mais divulgado com relação ao descobrimento do Brasil e algumas das afirmações de Caminha tornaram-se verdadeiros provérbios, difundidos em todo o país. Além de conter diversas passagens que serão retomadas por autores que escreverão sobre o Brasil.

A Carta de Caminha aborda a viagem desde a saída de Portugal, em 09 de março de 1500, até o dia 01 de maio do mesmo ano, data em que assina a correspondência. Nos primeiros parágrafos o autor faz um breve resumo dos dias em alto-mar. No entanto, a maior parte da carta é dedicada aos dias de contatos com o país (de 22 de abril a 1º de maio de 1.500), descrevendo a terra, os nativos e as principais atividades dos navegantes.

A Carta é reveladora do encontro de representantes do universo europeu do século XVI e o universo primitivo dos povos que habitavam o Brasil:

“A feição deles é serem pardos, quase avermelhados, de rostos regulares e narizes bem feitos; andam nus sem nenhuma cobertura; sem se importam de cobrir nenhuma coisa, nem de mostrar suas vergonhas. E sobre isto são tão inocentes, como em mostrar o rosto”.

Depois, Caminha apresenta em detalhes alguns dos costumes dos nativos, descrevendo as suas casas:

“... eram de madeira; e das ilhargas de tábuas; cobertas de palha, de razoável altura e todas numa só casa sem nenhum compartimento. Tinham por dentro muitos esteios e de esteio a esteio uma rede, atada pelos cabos, em cada esteio e altas, nas quais dormiam; e, por baixo, para se aquecerem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas, pequenas, uma em um cabo e outra no outro. E diziam que em cada casa se acolhiam trinta ou quarenta pessoas...”

E demonstrando o caráter de inocência das gentes desta terra, já busca uma justificativa para a imposição do cristianismo junto à cultura nativa:

“Parece-me gente de tanta inocência que se agente os entendesse e eles a nós, que seriam logo cristãos, porque eles não têm nem atendem a nenhuma crença, segundo parece.”

A Carta também deixa explícito um dos grandes objetivos da expedição de Portugal em relação à nova terra:

“... um deles viu o colar do Capitão e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como a dizer-nos que havia ouro em terra...”

"Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro."

O outro grande objetivo, certamente vinculado ao primeiro, será a mais importante das ferramentas para a colonização do país, a saber: a cristianização dos gentios, vez que não encontrando símbolos religiosos levou Caminha a supor que não tinham crenças:

"... o melhor fruto que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar".

Porém, o que mais deslumbra nos portugueses é a paisagem exótica e exuberante, muito diferente da européia. Os portugueses estavam convencidos da idéia de terem descoberto o paraíso terrestre:

"Assim, senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior quanto a vergonha".

"(...) entre esse arvoredor, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que o homem as não pode contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos".

"(...) a terra em si é muito boa de ares, tão frios e temperados... Águas são muitas e infindas. De tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la, dar-se-á nela tudo por bem das águas tem".

Ao final da Carta, Caminha deixa explícito os objetivos da colonização portuguesa: a busca de pedras e metais preciosos, a agricultura e a expansão da fé.

Caminha, de forma implícita, também revela as duas faces dos colonizadores portugueses que virão para o Brasil nos séculos seguintes: os degredados e os aventureiros. Os primeiros representados pelos dois degredados deixados por Cabral com a finalidade de aprenderem a língua dos indígenas e poderem dar, futuramente, informações mais completas sobre a Terra de Santa Cruz. Os segundos representados por dois grumetes que não voltaram para as suas embarcações, provavelmente encantados com as sugestões da Terra Brasilis.

5.2. A Carta de Caminha no rol de obras da Literatura Brasileira

Pero Vaz de Caminha como escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, tinha a nobre finalidade de registrar os fatos e os atos da viagem do descobrimento do Brasil. Na expressão de Jaime Cortesão (1943), Caminha era um escrivão-escritor, estabelecendo uma graduação entre aqueles que produziam a literatura de viagem dos séculos XV, XVI e XVII: escrivão, escrivão-escritor e o cronista. Certamente, uma das funções essenciais dos cronistas ou escrivães era a de situar os

europeus em relação à descoberta dos novos mundos. Afinal, as grandes expedições marítimas colocaram em xeque todas as concepções, os registros geográficos e os históricos relacionados ao mundo e a própria Europa.

Segundo o historiador português Jaime Cortesão,

“no livro ou livros de bordo, inscreviam-se com os dados de caráter geográfico sobre os novos descobrimentos – rumos, número de milhas ou léguas percorridas, terras descobertas e nomenclatura imposta – as trocas comerciais realizadas com os indígenas, sob a forma de despesa e receita”. (1943)

Devido ao grande volume de informações estatísticas e numéricas, de um lado o autor demonstra a sua preocupação em relatar a realidade com fidelidade, por outro, a partir de uma leitura mais detida, chegaremos à conclusão que a Carta de Caminha é um texto que supera o simples registro dos fatos. Afinal, é preciso ter em mente quanto foi imenso o impacto que a expansão ultramarina e a descoberta das Américas e de novas rotas para o Oriente causaram no imaginário do europeu dos séculos XVI e XVII, e assim verificar que não bastava descrever: era preciso uma escrita que emocionasse, que fosse além do relato e da crônica, então, tradicional. A Carta de Caminha se insere nessa nova exigência estética e histórica, constituindo um valor literário que se integra e deve se integrar à tradição da literatura brasileira, uma vez

que é um retrato daquilo que fomos, somos e nos reconhecemos nele.

Os retratos da nossa terra e dos nossos primeiros habitantes encontramos na Carta. Porém, implicitamente, por vezes explicitamente, também encontramos os valores materiais e éticos que norteavam o português em relação às potencialidades deste mundo novo, e como, ao registrar pela linguagem escrita as impressões do encontro, a crônica fixa o impacto e o contraste entre os valores dos portugueses e dos nativos. Caminha revela nitidamente as contradições de cada povo: o português via no reluzente ouro o que de mais valioso havia nessas terras e os nativos como mão de obra a ser explorada e almas a serem cristianizadas. Por outro lado, os nativos valorizavam uma conta de colar ou um guizo, desprezando o ouro e enxergavam os portugueses como seres diferentes com quem desejavam trocar presentes. Eis aqui uma tarefa complexa: como os nativos não tinham (ou não dominavam) o recurso da escrita para registrar os seus pensamentos e as suas reflexões, cabe a nós encontrarmos entre as palavras e na linguagem dos portugueses, as impressões do outro.

Segundo os estudiosos da língua, a história da literatura acompanha o desenvolvimento e as transformações das



línguas. A Literatura Brasileira, por exemplo, terá no processo de implantação e mudança da língua portuguesa no Brasil o seu mais fiel espelho. Como o material da literatura são as palavras articuladas numa determinada língua, ou no dizer de João Alexandre Barbosa (1990), “em um determinado espaço/tempo”, certamente, os valores e os enunciados abstratos ou não-abstratos que encontramos numa expressão literária, passam sempre por esse material, as palavras e a língua, que se transformam, passam por uma série de mudanças e adaptações constituindo a sua própria história, tanto quanto a literatura. Assim sendo, língua e literatura se inter-relacionam, levando-nos a compreender as mudanças da literatura através das mudanças implementadas na língua.

Seria um desafio, consagrando uma postura crítica tradicional, estudar a obra no original. Porém, devido uma série de dificuldades que encontraríamos para ler a Carta de Caminha no original, optamos pela edição crítica e modernizada de Jaime Cortesão (1943). Segundo o escritor brasileiro Eduardo Bueno,

“ler o relato de Pero Vaz pela ótica de Jaime Cortesão é benção dupla. Um dos maiores historiadores portugueses de todos os tempos, Cortesão – ligado ao Partido Comunista Português – fugiu da perseguição salazarista e, numa das tantas ironias da História, encontrou seu porto seguro no Brasil de Vargas. Foi quase um degredado – o mais luminoso deles todos. Seus estudos sobre o

Brasil são peça-chave para a compreensão plena do país que ele aprendeu a amar como o seu próprio.

Ao se debruçar sobre o texto de Caminha, Cortesão concede o bilhete que nos permite tomar parte na frota de Cabral e nos ajuda a redescobrir o Brasil pelo olhar de seu primeiro – talvez seu maior – cronista. Trata-se de uma dádiva para um país de tanto equívocos e tantaz mazelas – que se misturaram à trajetória da nação logo após o fulgurante achado do dia 22 de abril de 1500” (in A Carta Magna do Brasil Folha de São Paulo, 22 de abril de 2001, Caderno Especial).

O próprio Jaime Cortesão (1943) explica o seu debruçamento sobre o primeiro documento escrito no e sobre o Brasil:

“Da mesma sorte que a transcrição, a nossa adaptação à linguagem atual obedece a um critério próprio: oferecer ao leitor contemporâneo um texto compreensível, sem lhe roubar, todavia, quer a marca viva e pessoal do autor, quer o típico sabor arcaico.

(...)

Por nossa parte, esforçamo-nos por conservar tanto quanto o permitem a clareza e correção literária, exigidas pelo leitor comum, a graça tão saborosa do original, essa dicção arcaica e, sem embargo, tão fresca de Primitivo da Arte de Escrever.

(...)

Por isso mesmo, certas expressões guardam em si a por forma inseparável a candura, a humildade ou o fervor que as ditou – aquele travo humano que a personalidade e a época vazam, ainda mais que nas palavras, na sua urdidura em frases.

Conservar o mais possível a contextura e o ritmo da linguagem de caminha, aquilo que Fernão de Oliveira chamava “a música natural”, afigurou-se-nos não só dever de probidade e bom gosto literário mas de piedade e respeito pela alma que a compôs. Em obediência a estes princípios, evitamos o mais possível imiscuir na versão

palavras ou expressões contemporâneas, que destoassem da linguagem quinhentista; e conservamos muitos modismos arcaicos, alguns dos quais típicos na pena de Caminha...” (Cortesão, 1943)

Tendo em vista os trechos retirados da apresentação de Jaime Cortesão, referindo-se à transcrição que realizou da Carta de Caminha, é possível verificar pelo menos três aspectos que marcam profundamente a obra. Primeiro, as características pessoais do autor; segundo, as características da linguagem quinhentista que caracterizou o Renascimento literário português e, a terceira, que Jaime Cortesão (1943) batizou de “modismos arcaicos” que, em verdade, seriam os “traços comuns do português medieval, de uso mais comum, menos literário, mais próximo da prosa falada ou não-culta, ou ainda, tomada de autores portugueses mais antigos”.

Dessas três marcas que compõem o estilo, certamente duas pertencem à língua: os elementos quinhentistas (ou modernos) e os arcaicos (ou convencionais). E a outra marca, do estilo pertence ao autor, que são os traços resultantes da maneira como escolheu e combinou os dois elementos que compõem o texto literário. Utilizando-se de termos da lingüística moderna, podemos afirmar que o estilo é a resultante do encontro do sujeito

com a língua, do individual com o social, das intenções e impulsos do autor com as possibilidades e limites da língua.

Jaime Cortesão admite que, transcrevendo a Carta, introduziu algumas mudanças, acrescentando-lhe uma quarta marca: a modernizadora, com a finalidade de torná-la legível e compreensível aos leitores do Século XX. Assim sendo, para uma análise estilística da Carta de Caminha, faz-se necessária a identificação destas quatro marcas: o estilo de Pero Vaz de Caminha; os arcaísmos medievais correntes na época; as inovações quinhentistas; e as adaptações introduzidas por Jaime Cortesão.

Apresentadas essas ressalvas, vejamos o seguinte trecho da Carta, em que Caminha descreve as nativas:

“Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”.

“Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém”.

Referindo-se às jovens nativas, Caminha utiliza o termo moça, “três ou quatro moças”. Esse termo tem suas origens na linguagem quinhentista portuguesa – um vocábulo contemporâneo, da época em que Caminha escrevia, e muito

utilizado por outros cronistas portugueses do período. A palavra *moça*, utilizada para designar a mulher jovem, é ainda atual e moderna no Brasil, porém caiu em desuso em Portugal, sendo substituída pelo vocábulo *rapariga*. Trata-se do momento histórico, em que se insere o autor, influenciando-o por meio de expressões e vocábulos que usa, e como tais expressões são capazes de demonstrar as sintonias culturais do autor, e os níveis de linguagem com os quais trabalha o seu texto.

Caminha repete o vocábulo *moça*:

“três ou quatro moças, bem moças e bem gentis”

Moças, substantivo, para indicar as nativas jovens.

Depois, *moças*, adjetivo, para designar a pouca idade e a juventude das nativas. Em primeiro plano, parece-nos uma repetição do mesmo vocábulo para referir-se a coisas diferentes, o que, certamente, seria um índice de um estilo simples, para não dizer pobre e descuidado, do autor. Entretanto, veremos que Caminha repete um outro vocábulo no mesmo aludido trecho: vergonha, revelando seu viés conotativo, buscando expressividade em sua linguagem ao empregar o mesmo vocábulo com sentidos diferentes. Trata-se, portanto, de uma contundente intervenção do autor na linguagem, dando-lhe uma forma própria, com as características do estilo do sujeito que a usa. A repetição dos vocábulos *moça* e

vergonha não terão sido o resultado de um descuido do autor, mas um estilo elaborado, visando a uma graciosidade sutil e respeitosa, uma vez que não podemos nos esquecer de que Caminha escreve ao Rei Dom Manuel, de quem é um simples súdito e servidor.

Certamente, ao empregar o vocábulo *vergonha*, na primeira vez, o autor refere-se ao órgão sexual feminino:

“e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras”

Nos séculos XV e XVI, era freqüente o emprego do substantivo *vergonha*, em sentido figurado, para designar-se partes mais íntimas do corpo.

Quando utiliza pela segunda vez o vocábulo *vergonha*, já não o emprega como o órgão sexual feminino, mas em seu sentido abstrato, a ausência de vergonha ou do pudor:

“que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”.

Ao estabelecer tal relação de sentidos entre os dois momentos em que utiliza o vocábulo *vergonha*, o autor cria uma forma elegante e sutil para expressar uma ação que, certamente, seria negativa para os padrões cristãos do Século XVI: olhar diretamente para a vergonha de uma mulher nua como se olhasse para o seu rosto, sem expressar qualquer tipo de vergonha. No entanto, a forma como se expressou, o modo singular como o autor

referiu-se a esse ato e a maneira singela de dizer não tínhamos nenhuma vergonha, tudo fica sublime e ponderável.

Trata-se, em verdade, de um exemplo do estilo de Pero Vaz de Caminha, remetendo-nos a outras dimensões de seu texto, mostrando a sua capacidade de explorar as possibilidades das palavras da língua.

Quando nos propomos estudar a literatura, temos que saber distinguir os textos efetivamente literários dos textos de informação ou daqueles voltados para a transmissão de determinado tipo de conhecimento: os livros de filosofia, de história, de sociologia, de ensinamentos morais e religiosos, entre outros. Esses livros podem ser portadores de estilos ricos e elaborados e, com isso, ganhar valor literário. O que, no entanto, não basta para serem englobados no que chamamos, no sentido estrito, de literatura. Só o estilo não é suficiente para caracterizar um texto como efetivamente literário. Porém, estabelecer as fronteiras entre um e outro, entre texto literário e o não-literário, nem sempre é fácil. É comum vermos textos literários disfarçados e não-literários. Um exemplo muito citado é o romance *Memorial de Aires*, de Machado de Assis, que aparece como o diário do Conselheiro Aires, encontrado após sua morte e publicado como estava, desbastado de algumas partes, “conservando só o que liga o mesmo assunto”.

Por outro lado, encontraremos textos de informação e conhecimento disfarçados de literários.

Nesse sentido, *Diálogos das grandezas do Brasil* é um exemplo típico: o objetivo da obra, sem dúvida, era difundir informações sobre as possibilidades e as riquezas da colônia. E tais informações são transmitidas entre dois personagens fictícios.

O livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões* é um consagrado texto literário, embora tenha consagrado descrições mais apropriadas em textos históricos e geográficos. Nem por isso deixa de ter grande valor informativo sobre as circunstâncias históricas que envolveram a Guerra de Canudos. Reciprocamente, os *Diálogos* de Ambrósio Fernandes Brandão e a *Carta* de Caminha, ainda que sejam textos de informação, têm valor literário que vai além das qualidades do estilo.

A *Carta* de Pero Vaz de Caminha é uma carta com o objetivo de informar o que foi encontrado nas terras recém-descobertas. O alvo de Caminha é um leitor bem definido, D. Manuel, rei de Portugal, que, na representação da sociedade da época, ocupava o vértice da pirâmide social, reinando sozinho acima de todos como rei absolutista. Caminha era não só súdito como também servidor direto do rei, pois as expedições ultramarinas eram empreendimentos reais, que nas monarquias

absolutistas se confundiam com os do próprio Estado. Um empreendimento do rei era também do Estado português e vice-versa. É dessa posição de subordinação que Caminha deve dirigir-se ao rei, o que se revela nas formas de tratamento e nos termos polidos e respeitosos com que se dirige a ele, visíveis principalmente no começo e no final da Carta ou nas recomendações que faz para o maior e melhor aproveitamento das terras e dos homens encontrados. Cumpre exemplarmente as suas funções de servidor de uma empresa do rei, enviando informações precisas, o que se manifesta principalmente na sua preocupação com os números, seja dos dias das datas comemorativas, das distâncias, das léguas percorridas, das horas em que os fatos acontecem, da quantidade dos homens encontrados em cada situação, entre outras informações. Complementa esse pensamento, que tem sua base o cálculo e a intenção constante de transformar em números o que vê e os fatos que se passaram, com a apreciação, embora nem sempre verdadeira, do valor das terras pelas suas águas, clima e ares, assim como dos indícios da existência nelas de ouro e prata. As alusões a esses indícios são feitas no trecho da carta em que narra a condução dos índios até a nau capitânia:

“...um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali

havia ouro. Também olhou para um castiçal, como se lá também houvesse prata”.

Esta era uma prática comum dos portugueses no novo mundo: mostrar objetos diferentes às populações que encontravam e de quem não conheciam ainda a língua, procurando ver quais eram reconhecidos por eles. Quando demonstravam familiaridade ou conhecimento do objeto, era sinal da existência dele na terra. O ouro e a prata, os metais preciosos mais utilizados na cunhagem de moedas na Europa, estavam no centro dos interesses portugueses naquelas novas terras.

A Carta vai além do seu caráter pragmática, informativo. Ela nos traz mais coisas. Na maior parte dela perdemos de vista o rei. Caminha abandona as formas de tratamento e a referência direta a ele. E com isso parece dirigir-se a um leitor mais geral, preocupando-se em descrever com detalhes o que acabou de ver: a nova terra e os “homens da terra”. Aqui, a nossa emoção particular, que faz com que tentemos sempre integrar sua carta à literatura brasileira, é a noção da primeira vez. Pela primeira vez, ao mesmo tempo, vemos e somos vistos. Para nós, são as primeiras imagens dessa relação: aceitamos como legado a língua e os traços étnico-culturais de quem viu, dos portugueses, ao mesmo tempo que tentamos assumir uma perspectiva também étnica e

cultural dos que foram vistos, das populações locais aqui encontradas, quando muitos crimes e destruições ainda não tinham sido cometidos, nem contra a terra, nem contra os homens. O que ela nos evoca é o pensamento de como poderia ter sido tudo tão diferente, sem tanta destruição. Mas esses são elementos extrínsecos, estão fora da Carta, e só acontecem porque o desenvolvimento histórico posterior foi tal qual foi.

A emoção de saber que o que está sendo visto e descrito é algo fresco e novo é também sentida por Caminha e se traduz nos termos da Carta.

A visão da terra e dos homens é tão forte e colorida que pode ser resumida nos seus termos mais simples:

“Creia bem por certo que, para alindar nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu”.

São imagens visuais, aquilo que vi e me pareceu, os momentos mais evocativos da carta. É um mundo de cor variada e formas acentuadas:

“outros traziam carapuças de penas amarelas; outros, de vermelhas; e outros, de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima, daquela tintura; e certo era tão bem feita e redonda, e sua vergonha tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fiera vergonha, por não terem a sua como ela”

A impressão é a de que a harmonia homem-mundo ainda não tinha sido quebrada, os diferentes seres e elementos da natureza estão mais próximos e por isso se alimentam e se lembram mutuamente. Como nesta descrição, em que os elementos da natureza participam da constituição dos homens, e estes lembram todo tipo de animais:

“andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e formosos, que não pode ser mais.”

São homens alegres, vivendo uma vida festiva, onde a festa, o canto e a dança não ocorriam só em momentos e datas excepcionais:

“além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua giata. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito”.

A partir daquilo que via e como tudo lhe parecia, Caminha identificava naquelas terras muitos dos sinais que os europeus do período imaginavam ser do paraíso terrestre:

Tem ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Apesar das belas imagens construídas com poucos recursos, sem abuso nem exagero verbal, em que se mesclam as possibilidades das riquezas, com projeções que traz da cultura européia da época, de paraísos terrestres e homens puros, livres do pecado original, não esgota aí as possibilidades estéticas da Carta. Tais imagens transcendem quaisquer representações planas. A dinâmica construída na Carta, - existe dentro dela uma tensão resultante do encontro de duas forças que se estranham igualmente – é o confronto dentre duas visões de mundo organizadas por valores contrastantes. O valor da Carta está na capacidade que tem

de revelar essa tensão, ainda que não a explore em todas as suas possibilidades.

Bakhtin (1981), analisando o *romance polifônico* de Dostoievski, afirma que a voz do autor se confunde com a voz dos heróis (personagens) que criou:

“Polemiza-se com os heróis, aprende-se com os heróis, tenta-se desenvolver suas concepções até fazê-las chegar a um sistema acabado. O herói tem competência ideológica e independência, é interpretado como autor de sua concepção filosófica própria e plena e não como objeto de visão artística final do autor” (Bakhtin, 1981)

No plano artístico de Dostoievski, ainda segundo Bakhtin, os personagens deixam de representar (de ser objetos) os planos e o discurso do autor para ocuparem um espaço mais significativo, sendo sujeitos desse discurso.

Se, por um lado, as palavras de um são introduzidas na fala do outro, tornando-se bivocais, por outro lado, “a *palavra do outro influencia ativamente o discurso do autor, forçando-o a mudar adequadamente sob o efeito de sua influência e envolvimento*” (1981).

Caminha, sem o grau de complexidade empreendido por Dostoievski, cria algo semelhante a esse discurso polifônico ao deixar expressar-se em seu discurso a voz dos nativos.

Dirigindo ao Rei D. Manuel, monarca de Portugal, um interlocutor ausente, digamos um *narratário implícito*, Caminha estabelece um longo diálogo com o leitor. Em sua narração, o narrador Caminha elabora as suas observações, numa perspectiva da visão do europeu, e deixa vislumbrar, mesmo que de forma singela, o olhar do índio brasileiro.

De um lado estão os portugueses, que trazem para o Novo Mundo a mesma hierarquia social em que vivem na Europa, que vai do Capitão, Pedro Álvares Cabral, aos degredados. A reprodução dessa hierarquia é notável na reunião que fazem na nau capitânia, quando trazem pela primeira vez dois indígenas a bordo:

“O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém”.

Pedro Álvares Cabral era o único sentado numa cadeira, portanto mais alto que os demais capitães e oficiais de importância da expedição, inclusive Caminha, sentado todos “no chão”, num tapete. E a primeira coisa que nota o autor é que os índios “não fizeram sinal de cortesia” nem se dirigiram ao Capitão, o que significava o não-reconhecimento da autoridade que presidia a

hierarquia em que viviam. Num outro momento, Caminha, interessado em identificar alguma relação de poder entre os indígenas ou procurando enxergar os elementos de sua sociedade na deles, vislumbra uma possível liderança, mas que o faz estranhar, porque a “chefia” se apoiava em fundamentos diferentes daqueles em que se apoiava a autoridade na sociedade portuguesa, o temor da punição:

“Andava aí um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não que a mim me parecesse que lhe tinham acatamento ou medo”.

Se não encontrava em que se apoiava a liderança daquele índio sobre os demais, limita-se então a descrevê-lo em detalhes, parecendo realçar, junto com a figura e cor vermelha, uma certa estatura moral ou dignidade:

“este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha”.

Esse índio e Cabral são representados com a mesma dignidade, embora cada um com as cores e os brilhos próprios; basta cotejarmos com a do índio a pintura que Caminha faz do Capitão português:



“O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado”.

Embora Caminha se identifique inteiramente com a hierarquia e os valores portugueses – nem poderia ser diferente na época –, na representação que faz do índio, observa como a água que deveria apagar torna mais intensa sua pintura vermelha, o que o realça e distingue..

O mesmo contraste observado entre as duas formas de organização social e entre dois “chefes” também é notado entre os propósitos que reservam um para o outro. Os portugueses procuravam ouro, prata, terras férteis, que estavam se tornando escassas na Europa, drogas, especiarias, madeiras, produtos tropicais e tudo o mais que trouxesse lucro para o seu comércio. É a partir desse prisma que enxergam também os homens da terra, como seres passíveis de serem usados na extração desses produtos. Trazem também propósitos piedosos, como a cristianização “segundo a santa intenção de Vossa Alteza”, assim expressa nas palavras de caminha, mas que estavam ligados a um interesse mais amplo de “amansar e apacificar”, várias vezes expresso também na Carta. Caminha deixa claro como via ali um vazio cultural:

“parace-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença”.

Pela concepção da época sobre a educação, a inocência os equipara às crianças, como páginas em branco sobre as quais imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhes quiserem dar. O mesmo vazio que vê de valores espirituais encontra também na produção dos bens materiais:

“Eles não lavram, nem criam”.

Assim, junto com a cristianização, os portugueses não perdem tempo em aproveitar-se do indígena como mão-de-obra fácil de ser utilizada no escambo ou como serviçais:

“Traziam alguns deles arcos e setas. Que todos trocavam por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiem alguns deles vinho; outros o não podiam beber. Mas parece-me que, se lho avezarem, o beberão de boa vontade”.

A observação de Caminha é bastante aguda, justapõe à menção da fácil disposição dos indígenas para a troca dos objetos que interessavam aos portugueses “por qualquer coisa que lhes davam” a observação de que também não seria difícil acostumar os índios ao vinho, ou melhor, ao vício do álcool. Era este o principal

meio de forçar os indígenas ao escambo: viciá-los a depois exigir deles o que quisessem em troca de mais álcool.

Um propósito como esse significava que, na relação entre as duas formas de organização social, uma deveria perecer, à medida que acabasse subordinando-se à outra. Quer dizer, os indígenas seriam integrados à ordem portuguesa como humildes serviçais, escravos, na verdade, termo que Caminha evita ao captar o início já desse processo:

“Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que se a gente todos quisera convidar, todos vieram. Porém não trouxemos esta route às naus senão quatro ou cinco, a saber: o Capitão-mor, dois; Simão de Miranda, um, que trazia já por pagem; e Aires Gomes, outro, também por pagem”.

Esta perspectiva, porém, não se repetia do lado dos indígenas. É interessante observar como, em vários momentos, eles procuravam manter seus limites ou suas fronteiras com os portugueses, porém, sem romper os contatos. Isso aparece principalmente nas várias recusas que fazem de permitir aos degredados de permanecerem junto deles. Por três vezes, os portugueses enviam degredados para ficar junto dos índios a fim de saberem como viviam, mas os indígenas os expulsam e mandam de volta. Estes também parecem curiosos sobre os homens brancos, observam-nos a distância, mas não demonstram querer

deles senão a troca de objetos de valor ornamental, como as contas e guizos, ou de uso, como o machado. E é o próprio Caminha que declara – em parte pelo que observa e em parte pelo lugar-comum que já tinham os europeus sobre os povos do Novo Mundo, de que “a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior – serem os indígenas “muito mais nossos amigos que nós seus”.

O contraste entre o branco e o índio e os valores e perspectivas diferentes que opunham uma civilização à outra estão condenados nesta passagem da carta, como num emblema, num símbolo do que foi esse contato:

“Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau que ontem para isso se cortou. Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que faziam do que por verem a Cruz”.

Enquanto os índios se interessavam muito mais pelo machado ou outra ferramenta qualquer, pela força e poder de corte do ferro, metal que desconheciam, os portugueses, na voz de Caminha, sobrepunham a ele a Cruz, símbolo abstrato, mas que se mostrava cada vez mais poderoso, na medida em que cruzava sob sua proteção os dois membros principais de seus interesses: o piedoso e o material.

Certamente, o ponto de sustentação maior do valor literário da Carta reside nessa tensão entre as duas visões de

mundo que Caminha capta, plenamente identificado com uma delas, mas deixando que a outra se manifeste e adquira expressão.



6. Uma (re)leitura oswaldiana

PERO VAZ CAMINHA

a descoberta

Seguimos nosso caminho por este mar de longo
Até a oitava de Páscoa
Topamos aves
E houvemos vista de terra

os selvagens

Mostraram-lhes uma galinha
Quase haviam medo dela
E não queriam pôr a mão
E depois a tomaram como espantados

primeiro chá

Depois de dançarem
Diogo Dias
Fez o salto real

as meninas da gare

Eram três ou quatro moças bem moças e bem
gentis
Com cabelos mui pretos pelas espáduas
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
Que de nós as muito bem olharmos
Não tínhamos nenhuma vergonha.

Pode-se dizer que este poema de Oswald de Andrade

– que pertence ao seu livro *Pau-Brasil* (1991) – seja uma declaração de amor ao Brasil. Aliás, não só este poema, como todo o conjunto dos poemas do livro. *Pau-Brasil* foi editado em Paris no ano de 1925. Respondendo a uma pergunta formulada sobre o

porquê de um livro denominado Pau Brasil fosse editado na capital francesa, Paulo Prado, no prefácio do livro, foi convincente: "*Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu, deslumbrado, a sua própria terra*".

O "exílio" despertou no poeta uma certa consciência de brasilidade, possibilitando a sugestão, a criação ou a formulação de uma poesia que se pretende renovadora: a poesia pau-brasil.

Não é gratuita a designação de pau-brasil. Afinal, trata-se do primeiro produto brasileiro tipo exportação que, enviado a Portugal em grandes quantidades, praticamente foi extinto da flora brasileira. Partindo desse pressuposto, Oswald cria aquilo que ele batizaria de "poesia de exportação".

Grandiloquente e sério, a "poesia de exportação" foi um projeto oswaldiano que pretendia romper com a estética que reinou no Brasil especialmente no século XIX e início do século XX. As fontes que Oswald se utilizou para propor uma poesia brasileira tipo exportação, sem dúvida, foram as técnicas européias de vanguarda.

Se se trata de uma aparente contradição, não se confirma com os próprios objetivos do poeta modernista brasileiro: a vanguarda não se preocupa com nacionalismos, pelo contrário,

10/12/2019

postula um certo universalismo para as artes. Assim como pregava Leon Tolstoi, Oswald buscava o universal falando das raízes de sua nossa aldeia.

Pelo menos três elementos sustentam essa visão renovadora da estética oswaldiana, reforçando o viés nacionalista e crítico presente em Pau-Brasil.

O primeiro, quando o poeta se propõe a escrever (ou reescrever) a história do país, sob a forma poética, estabelecendo um diálogo com a Carta de caminha, olhando-a sob um ponto de vista moderno e, por que não afirmar, anticolonialista, vez que ao estabelecer os vínculos com a nossa história nativa, formula uma crítica através de paródias.

O segundo elemento seria a adoção de uma linguagem coloquial e carregada de humor, em contraposição ao arcaísmo e o tom cerimonioso dos textos coloniais, o que se confirma como um pressuposto modernista que possibilitou a realização de uma intertextualidade entre a literatura produzida em dois Brasis: aquele que era descoberto e aquele que se descobria.

As ilustrações de Tarsila do Amaral, que acompanham a edição original de Pau-Brasil, “cujo traço rápido e ingênuo reflete o clima dos poemas”, sedimenta um terceiro elemento que salta aos

olhos: o visual que, sem dúvida, completa o espírito de retomada crítica da literatura formativa brasileira.

A partir do entrelaçamento desses elementos, Oswald de Andrade realiza uma releitura da Carta de Pero Vaz de Caminha, transformando-a em poesia. O próprio título do poema já é uma releitura em que transfigura o substantivo próprio Caminha na conjugação verbal da terceira pessoa do verbo caminhar: caminha. Vislumbra-se com as novidades do paraíso terrestre. A ausência da preposição de (Pero Vaz de Caminha) transforma o nome em verbo: Pero Vaz caminha pelas terras recém descobertas. Vislumbra-se com as novidades do paraíso terrestre, o que obriga nosso escrivão a caminhar pelos lugares da “ilha” então achada no meio dos oceanos. É este caminhar que possibilita o olhar voltado para as novas terras e as novas gentes, buscando as informações e as curiosidades enviadas ao Rei de Portugal, por meio da carta.

Pero Vaz Caminha, a partir do título, já é uma clara demonstração de uma nova postura do poeta e da própria poesia, diante de um Brasil que se insere na modernidade, a partir de suas raízes. O primeiro verso do poema [“seguimos nosso caminho por este mas de longo”] confirma a alusão aos *caminhos do poeta*.

Caminha caminha pelo longo caminho do mar, descobrindo e relatando as curiosidades que a cada passo surgiam.

Oswaldo refez o caminho percorrido pelo escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, transformando o texto básico da Carta ao Rei de Portugal, Dom Manuel, em poesia.

O poema, dividido em quatro estrofes irregulares, tem os subtítulos: *a descoberta, os selvagens, primeiro chá e as meninas da gare*. As estrofes oswaldianas percorrem o mesmo percurso empreendido por Caminha, fazendo alusão às novidades apontadas na Carta. A exceção é o estranhamento que salta aos olhos (e no poema) na última estrofe: trata-se da habilidade poética de Oswald de Andrade propondo uma justaposição histórica, do colonial ao moderno, transformando as moças nativas e moças (descarada e desgraçadamente cobiçadas pelos portugueses) nas *meninas da gare* (igualmente cobiçadas pelos homens que passeavam pela estação da estrada de ferro), no entanto refazendo o percurso vocabular: a palavra vergonha ora empregada em seu sentido conotativo, designando as partes mais íntimas das mulheres, ora empregada em seu sentido mais abstrato, designando a ausência de pudor.

Oswald de Andrade busca nos caminhos de Pero Vaz de Caminha o percurso necessário para a nossa modernidade brasileira. A prosa colonial se transfigura, transforma-se, traduz-se em poesia moderna. Trata-se de uma ação antropofágica: o olhar

de Caminha alimenta o olhar de Oswald que, por sua vez, volta-se para os eventuais e sagrados interlocutores, nós, os leitores.



Conclusão

Tentamos mostrar os caminhos críticos que percorrem e podem percorrer a Literatura de Informação produzida no Brasil no século XVI. Para a conclusão do presente trabalho, faz-se necessária a transcrição de um trecho da *Carta* de Caminha:

“Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau que ontem para isso se cortou. Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que faziam do que por verem Cruz...”

Esse trecho da Carta de Caminha que fizemos a epígrafe do presente trabalho traz consigo uma imagem vislumbrante, senão emblemática: enquanto os nativos se interessam mais pela ferramenta de ferro (o concreto) do que pela cruz (o simbólico), os colonizadores utilizam-se da ferramenta como um meio para constituir o simbólico.

Essa tensão entre as duas visões de mundo, ora implícita ora explícita, transmitida para o leitor moderno pela voz de Pero Vaz de Caminha, permeia toda a literatura informativa.

Tensão que vamos encontrar na intersecção entre a Literatura e a História. Aquela que se pretende ficcional, simbólica, e esta que busca a concretude, o real. A pretensa tensão entre a verossimilhança e a veracidade. E toda essa produção, recepção e

reflexão, histórica ou literária, demonstra que é possível trilhar por um caminho crítico que consiga sistematizar – se é que podemos referir desse modo - arte e realidade.

A nossa pretensão não é, de forma alguma, estabelecer novos conceitos para a Literatura Informativa que, infelizmente, mereceu até hoje apenas notas introdutórias nos estudos dos nossos críticos e historiadores. Também seríamos pretensiosos se o nosso objetivo fosse contestar ou superar os estudos e as críticas de Veríssimo, Romero, Bosi, Antonio Candido e tantos outros que, brilhantemente, estabeleceram, cada um a seu tempo e a seu modo, a crítica e a historiografia literária brasileira.

Do mesmo modo que a história do Brasil tem uma certa dívida com aqueles colonos despretensiosos (bem como com os negros e os índios, em outros níveis) que tiveram a coragem de se aventurar na constituição de um novo país e até se constituir como um novo povo, a história da literatura brasileira também precisa de um ajuste em relação aos *aventureiros das letras* que, igualmente despretensiosos, encarcerados no anonimato, procuraram registrar com clareza, despojamento e criatividade as coisas e as gentes de nossa terra, guardados, evidentemente, os eventuais limites históricos e literários da época.

A presente dissertação se coloca mais como uma reflexão merecedora de maiores estudos, pois levanta diversos aspectos para a composição de uma história da literatura brasileira a partir de novos paradigmas, em especial com relação a sua intersecção com a história. Aliás, deve se inserir nessa nova linha de pesquisa adotada pela Unesp que privilegiará igualmente os *estudos culturais*.

Talvez o maior mérito deste trabalho seja a proposta de buscar na Literatura Informativa, não somente valores literários ou valores históricos que justifiquem a presença de seus textos no rol da Literatura Brasileira, e muito menos apenas verificar a influência de seus textos na tradição literária nacional, mas sobretudo, do mesmo modo que os índios da Carta desejavam mais aquilo que o português considerava *meio* concreto (a ferramenta) e desprezavam o que o português considerava *fim* simbólico (a cruz), desse mesmo modo devemos nos propor, não como fez português, mas o índio, que não enxergava nem o *meio* nem o *fim*. Enxergou o todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias: autores-chave:

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1943.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta a El Rey Dom Manuel*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

Fontes primárias: autores auxiliares

ABREU, João Capistrano de. *Vaz de caminha e sua Carta*. Rio: Civilização Brasileira/Mec, 1976.

ANDREONI, João Antonio. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, 1923. Rio de Janeiro: IBEE, 1963.

ANCHIETA, José de. *Auto representado na Festa de São Lourenço*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1948.

_____. *Informação do Brasil e de suas capitanias (1584)*. São Paulo: Obelisco, 1964.

_____. *Poesias*. São Paulo: Gráfica Siqueira, 1954.

BUENO, Eduardo. *A Carta magna do Brasil*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 22 de abril de 2.001. Caderno especial.

CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio: Ed. Livros de Portugal, 1943.

GANDAVO, Pero Magalhães. *História da província de Santa Cruz – tratado da terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964.

LERY, Jean de. *História de uma viagem feita à Terra do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo sobre a conversão dos gentios*. Lisboa: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo – União Gráfica, 1954.

SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1971.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil – Arroçadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do novo mundo*. São Paulo, Tipografia Gutenberg, 1942.

_____. *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1926.

Obras dos Poetas Modernistas Brasileiros

ANDRADE, Oswald. *Pau Brasil*. 5. ed. São Paulo, Globo/Secretaria de Estado da Cultura, 1991.

_____. *Obras completas*. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

MELLO NETO, João Cabral de. *Poesias completas*. 3.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

MENDES, Murilo. *Murilo Mendes – poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994.

_____. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

PAES, José Paulo. *A poesia está morta mas juro que não fui eu*. São Paulo, Duas Cidades, 1988.

_____. *Um por todos – poesia reunida*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RICARDO, Cassiano. *Seleção em prosa e verso*. Rio: José Olympio, 1975.

Obras sobre a História da Literatura Brasileira

BOSI, Alfredo. *A literatura colonial*. São Paulo, Cultrix, 1970.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 8.ed. Rio, Briguier, 1949.



CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 3. ed. Rio, Tecnoprint, 1968.

CASTELO, José Aderaldo. *A literatura brasileira. Manifestações literárias da era colonial*. São Paulo, Cultrix, 1965. v. I.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 3.ed. São Paulo, Ática, 1995.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: São José, 1946.

_____. (org.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1956.

_____. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio, São José, 1957.

LEITE, Dante Moreira Leite. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1983.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. 1. São Paulo: Cultrix : Edusp, 1977.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Nacional, 1980.

_____. e CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Aspectos da literatura colonial brasileira*. Leipzig, Brockhaus, 1896.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez Editora, 1990.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3.ed. Rio, José Olympio, 1943, 5 vols.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura Brasileira – seus fundamentos econômicos*. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. 3.ed. Rio, José Olympio, 1954.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.

Obras sobre a História do Brasil

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4.ed. São Paulo: Edusp/FDE, 1996.

PRADO JR. Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

MELLO E SOUZA, Laura (org.). *História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Outras Obras

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1989.

BARBOSA, João Alexandre. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras, 1990.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo, Ática, 1986.

CARR, Edward Hallet. *Que é história ?* 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

CHABROL, Claude (org.). *Semiótica narrativa e textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CHALHUB, Samira. *Funções da linguagem*. São Paulo: Ática, 1990.

CHOMSKY, Noam. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980.

ECO, Umberto. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FRYE, Nortrof. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

GOLDMAN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GONÇALVES, Aguinaldo José. *Transição e permanência – Miro/João Cabral: da tela ao texto*. São Paulo, Iluminuras, 1989.

JAUSS, Hans Robert. *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1988.

- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Estampa, 1976.
- SCHMIDT, S.J. *Do texto ao sistema literário*, in *Ciência da literatura empírica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução de Antonio J. da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1987.
- VILLAÇA, Alcides. *Expansão e limite da poesia de João Cabral*. In *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 2001.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. Tradução de José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de França Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.



ANEXO

Diversos poetas modernistas brasileiros fizeram uma série de releituras dos textos produzidos no período colonial, estabelecendo um diálogo paródico ou intertextual muito rico, representativo da necessidade de se estabelecer um certo paradigma nacionalista em pleno século XX. São verdadeiras *transcrições*, demonstrando que a *literatura informativa* transcendeu a sua própria época, colaborando como fonte, primária mas necessária, para a afirmação de uma séria e produtiva face do *modernismo brasileiro*. Ao relerem os textos produzidos à época do descobrimento e do início da colonização, os poetas modernistas brasileiros foram ao encontro do descobrimento do sentimento de brasilidade. A seguir, alguns desses *diálogos*:

1. João Cabral de Melo Neto: *Jogos frutais* e *Os reinos do amarelo*

JOGOS FRUTAIS

De fruta é tua textura
E assim concreta;
textura densa que a luz
não atravessa.
sem transparência:
não de água clara, porém
de mel, intensa.

Intensa é tua textura
porém não cega;
sim de coisa que tem luz
própria, interna.
E tens idêntica
carnação de mel de cana
e luz morena.

Luminosos cristais

possuis internos
iguais aos do ar que o verão
usa em setembro.
e há em tua pele
o sol das frutas que o verão
traz no Nordeste.

É de fruta do Nordeste
tua epiderme;
mesma carnação dourada,
solar e alegre.
Frutas crescidas
no Recife relavado
de suas brisas.

Das frutas do Recife,
de sua família,
tens a madeira tirante,
muito mais rica.
E o mesmo duro
motor animal que pulsa
igual que um pulso.

De fruta pernambucana
tens o animal,
frutas quase animais
e carne carnal.
Também aquelas
de mais certa medida,
melhor receita.

O teu encanto está
em tua medida,
de fruta pernambucana,
sempre concisa.
E teu segredo
em que por mais justo tens
corpo mais tenso.

Tens de uma fruta aquele
tamanho justo;
Não de todas, de fruta
de Pernambuco.
Mangas. Mangabas
do Recife, que sabe
mais desenhá-las.

És um fruto medido,
bem desenhado;
diverso em tudo da jaca,
do jenipapo.



Não és aquosa
nem fruta que se derrama
vaga e sem forma.

Estás desenhada a lápis
de ponta fina,
tal como a cana de açúcar
que é pura linha.
E emerge exata
da múltipla confusão
da própria palha.

És tão elegante quanto
um pé de cana,
despindo a perna nua
de dentre a palha.
e tens a perna
do mesmo metal sadio
da cana esbelta.

O mesmo metal da cana
tersa e brunida
possuis, e também do oiti,
que é pura fibra.
Porém profunda
tanta fibra desfaz-se
mucosa e úmida.

Da pitomba possuía
Aa qualidade
mucosa, quando secreta,
de tua carne.
Também do ingá,
de musgo fresco ao dente
e ao polegar.

Não és uma fruta fruta
só parta o dente,
nem és uma fruta flor,
olor somente.
Fruta completa:
para todos os sentidos,
para cama e mesa.

És uma fruta múltipla,
mas simples lógica;
nada tens de metafísica
ou metafórica.
Não és O Fruto
e nem para A Semente
te vejo muito.



Não te vejo em semente,
futura e grávida;
tampouco em vitamina,
em castas drágeas.
Em ti apenas
vejo o que se saboreia,
não o que alimenta.

Fruta que se saboreia,
não que alimenta:
assim descrevo melhor
Aa tua urgência.
Urgência aquela
de fruta que nos convida
Aa fundir-nos nela.

Tens a paciência fácil,
convidativa,
de fruta de muito açúcar
que dá formiga.
E tens o apelo
da sapota e do sapoti
que dão morcego.

De fruta é a atração
que tens, a mesma;
que tens de fruta, atração
reta e indefesa.
Sempre tão forte
na carne e espádua despida
da fruta jovem.

És fruta de carne ácida,
de carne e de alma;
diversa da do mamão,
triste, estagnada.
É do nervoso
cajá que tens o sabor
e o nervo-exposto.

És fruta de carne acesa,
sempre em agraz,
como araçás, guabirabas,
maracujás.
Também mangaba,
Deixas em quem te conhece
visgo, borracha.

Não és fruta que o tempo
ou o copo de água



lava de nossa boca
como se nada.
Jamais pitanga,
que lava a língua e a sede
de todo estanca.

Aumentas a sede como
fruta madura
Que começa a corromper-se
no seu açúcar.
Ácida e verde:
contudo, a quem te conhece
só dás mais sede.

Ácida e verde, porém
já anuncias
O açúcar maduro que
terás um dia.
E vem teu charme
do leve sabor de podre
na jovem carne.

Ao gosto limpo do caju,
de praia e sol,
juntas o da manga mórbida,
sombra e langor
Sabes a ambas
em teus contrastes de fruta
pernambucana.

Sem dúvida, és mesmo fruta
pernambucana:
a graviola, a mangaba
e certas mangas.
De tanto açúcar
que ainda verdes parecem
já estar corruptas.

És assim fruta verde
e nem tão verde,
e é assim que te vejo
de há muito e sempre.
E bem se entende
que uns te digam pobre e outros
te digam verde.

OS REINOS DO AMARELO



A terra lauta da Mata produz e exhibe
 Um amarelo rico (se não o dos metais):
 o amarelo do maracujá e os da manga,
 do oiti-da-praia, do caju e do cajá;
 amarelo vegetal, alegre de sol livre,
 beirando o estridente, de tão alegre,
 e que o sol eleva de vegetal a mineral,
 polindo-o, até um acesso metal de pele.
 só que fere a vista um amarelo outro,
 e a fere embora baço (sol não o acende):
 amarelo aquém do vegetal, e se animal,
 de um animal cobre: pobre, podremente.

Só que fere a vista um amarelo outro:
 se animal, de homem: de corpo humano;
 de corpo e vida; de tudo o que segrega
 (sarro ou suor, bile íntima ou ranho),
 ou sofre (o amarelo de sentir triste,
 de ser analfabeto, de existir aguado):
 amarelo que no homem dali se adiciona
 o que há em ser pântano, ser-se fado.
 Embora comum ali, esse amarelo humano
 ainda dá na vista (mais pelo prodígio):
 pelo que tardam a secar, e ao sol dali,
 tais poças de amarelo, de escarro vivo.

2. Murilo Mendes: Carta de Pero Vaz

Carta de Pero Vaz

A terra é mui graciosa
 Tão fértil eu nunca vi.
 A gente vai passear,
 No chão espeta um caniço,
 No dia seguinte nasce
 Bengala de castão de oiro.
 Tem goiabas, melancias.
 Banana que nem chuchu.
 Quanto aos bichos, tem-nos muitos.
 De plumagem mui vistosas.

Tem macaco até demais.
 Diamantes tem à vontade.
 Esmeralda é para os trouxas.
 Reforçai, Senhor, a arca.
 Cruzados não faltarão,
 Vossa perna escanareis,
 Salvo devido respeito,
 Ficarei muito saudoso
 Se for embora d'aqui.

3. José Paulo Paes: A Carta

A Carta

De ouro, ferro e prata
 Nada vos contarei,
 Mas terra em tal maneira
 Graciosa, é de valia
 Ao senhor meu El-Rei.

Como que nela, em se plantando,
 Tudo dá, concluirei,
 E mais me não alongo
 Senão para beijar-vos
 As mãos, Senhor meu Rei.

4. Mário de Andrade: Descobrimento

Descobrimento

Abancado à escrivaninha em São Paulo
 Na minha casa da Rua Lopes Chaves
 De supetão senti um friúme por dentro.
 Fiquei trêmulo, muito comovido
 Com o livro palerma olhando para mim.

Não vê que me lembrei que lá no norte, meu Deus!
 muito longe de mim

Na escuridão ativa da noite que caiu
 Um homem pálido magro de cabelo escorrendo nos
 olhos,
 Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
 Faz pouco se deitou, está dormindo.

Esse homem é brasileiro que nem eu.

(Mário de Andrade, *Poesias completas*)

5. Cassiano Ricardo

Cassiano Ricardo (1975), poeta modernista, também realizou um profundo diálogo com a literatura produzida no Brasil nos primeiros séculos da colonização. Não seria por menos: dedicado a um nacionalismo que via na arte uma de suas vertentes de expressão. Uma de suas , talvez a principal, temática seriam as *coisas de nossa terra*, tendo como ponto de partida a Carta de Pero Vaz de Caminha.

A principal característica de sua obra está no lema que o próprio autor criou na década de 20: “Originalidade ou morte”, fazendo uma clara alusão sobre a necessidade da literatura brasileira buscar novos paradigmas e que estivessem necessariamente voltados para a nossa nacionalidade. Cassiano abriu e experimentou uma diversidade de caminhos poéticos, “picado pelo demônio da curiosidade”, como afirmou certa vez o poeta Manuel Bandeira.

O simples fato de ter sido companheiro de idéias estéticas de Menotti Del Picchia, no início do século, e depois de Augusto de Campos, na década de 60, demonstra sua permanente flexibilidade, conduzida, no entanto, por um desejo único de

estabelecer, cada vez mais, uma poética brasileira e universal. Nesse sentido, o crítico Wilson Martins, fazendo alusão ao Martim Cererê (1928), provavelmente o mais conhecido livro de Cassiano Ricardo, afirma que este longo poema indianista e nacionalista foi escrito com um século de atraso, pois estava no destino dos românticos escrevê-lo, mas também estava no destino dos modernistas escrevê-lo, e que, afinal, era a versão poética do Macunaíma. Trata-se de uma verdadeira cosmogonia brasileira em que o índio, o negro e o branco tomam posse e inventam um novo Brasil.

E onde se buscará ou se fundamentará uma temática moderna e nacionalista (sem apelo, certamente) senão na literatura que se produziu no início da nossa colonização, cujo retrato nítido é o deslumbramento com as riquezas (sem sentido amplo) da natureza e o povo nativo, com as suas peculiaridades, que aqui vivia ? Pero Vaz de Caminha, Ambrósio Fernandes Brandão, Frei Vicente do Salvador, entre outros, e Pero Magalhães Gandavo que escreveu a *História da província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos de Brasil* serão a rica fonte da poesia moderna. Irônico ou não, trata-se de um profundo diálogo com as *nossas coisas* que, atravessando séculos, passando por diversas *ladainhas*, e sobrevivendo às diversas estéticas literárias e artísticas dos séculos



XVII, XVIII e XIX, vai se aportar dignamente na poesia modernista brasileira, com muita *graça*, mas, sobretudo, cheia de *luz*:

Os Nomes Dados a Terra Descoberta

Por se tratar de uma ilha deram-lhe o nome
de ilha de Vera Cruz.

Ilha cheia de graça

Ilha cheia de pássaros

Ilha cheia de luz.

Ilha verde onde havia

mulheres morenas e nuas

anhangás a sonhar com histórias de luas

e cantos bárbaros de pajés em poracés batendo os pés.

Depois mudaram-lhe o nome

pra terra de Santa Cruz.

Terra cheia de graça

Terra cheia de pássaros

Terra cheia de luz.

A grande terra girassol onde havia guerreiros de tanga e

onças ruivas deitadas à sombra das árvores

mosqueadas de sol

Mas como houvesse em abundância,

certa madeira cor de sangue, cor de brasa

e como o fogo da manhã selvagem

fosse um brasido no carvão noturno da paisagem,

e como a Terra fosse de árvores vermelhas

e se houvesse mostrado assaz gentil,

deram-lhe o nome de Brasil. Brasil cheio de graça

Brasil cheio de pássaros

Brasil cheio de luz.

Cassiano Ricardo (in *Seleta em prosa e verso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975)

